Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Aos Senhores Acionistas

De acordo com a legislação vigente, incluindo os pronunciamentos técnicos aprovados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora", "Companhia", "Prudential do Brasil" ou "Prudential"), relativas ao exercício de 2022, acompanhadas dos Relatórios do Auditor Independente, da Auditoria Atuarial Independente e do Relatório Resumido do Comitê de Auditoria.

A Prudential do Brasil, maior seguradora independente do país no ramo de seguros de pessoas, registrou no acumulado do ano de 2022 um crescimento de 21% em prêmios em relação ao ano de 2021, atingindo o montante de R$ 4,1 bilhões.

Esse desempenho está superior ao do mercado, e manteve a Prudential do Brasil no 4º lugar no ranking brasileiro do segmento de seguros de pessoas (dados até dezembro/22), com 7,9% de participação de mercado em 2022, segundo dados da Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP). No segmento individual, a Prudential ocupa a 2ª posição com 24,3% de participação de mercado no acumulado de 2022. A base de clientes do seguro de vida individual da Companhia chegou a mais de 608 mil apólices em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 461 mil segurados. Como consequência, também registrou, em 2022, um crescimento de 15,5% no capital segurado, comparado ao mesmo período de 2021, chegando a mais de R$ 551,6 bilhões.

INDICADORES

Essa postura diligente também se reflete nos ativos livres na ordem de R$ 2,4 bilhões e na suficiência de capital de R$ 474 milhões, números que representam a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de longo prazo. Além disso, as provisões técnicas atingiram aproximadamente R$ 11,9 bilhões em 31 de dezembro de 2022 enquanto os ativos financeiros R$ 14,2 bilhões.

Consistente com a sua solidez histórica e o perfil de baixo apetite para riscos, o índice de solvência se mantém superior ao exigido pela Susep, obedecendo com muita severidade a uma regra interna da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Prudential do Brasil apresentou 176% de solvência.

A Companhia possui capacidade financeira e tem a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários que estão classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento", honrando todos os compromissos, sem necessidade de alienar os referidos títulos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/2021.

A Prudential do Brasil já pagou mais de R$ 1,4 bilhão em benefícios de vida individual ao longo de sua trajetória. Para reiterar a atuação cuidadosa em relação a todos os stakeholders, a Companhia vem adotando medidas extremamente protetivas. A Companhia decidiu pagar os sinistros relativos a COVID-19, mesmo tendo o evento "pandemia," como uma cláusula de exclusão das Condições Gerais. O pagamento pontual desse benefício no exercício de 2022 foi, de R$ 3 milhões, uma redução de, aproximadamente, R$ 248 milhões, nos sinistros comparado com o mesmo período de 2021, reduzindo o impacto negativo no resultado da Companhia. O total com despesa de sinistro em 2022 foi de R$ 466 milhões brutos de resseguro (aumento de R$ 71 milhões).

MISSÃO E PARCERIA - O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil é especializada em seguros de vida. No segmento de vida individual oferece seguros personalizados, com soluções adequadas às necessidades de proteção de cada família, por meio de Corretoras Franqueadas - cujos responsáveis técnicos são denominados Franqueados *Life Planner* - e das parcerias comerciais.

O modelo de comercialização do seguro de vida individual da Prudential do Brasil oferece um alto padrão de qualidade e serviços de excelência e inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do segurado e/ou dos beneficiários quanto ao pagamento do benefício e, ainda, a segurança financeira da Companhia.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócio será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base da nossa Companhia. A ética norteia as relações da Prudential do Brasil tanto interna quanto externamente. Para isso, são disponibilizados canais e ferramentas de comunicação a fim de proporcionar um ambiente íntegro e encorajando todos a agirem de forma ética, honesta e imparcial.

PRESENÇA NO PAÍS

Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential está presente em 12 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de seus 33 pontos de apoio (base 31 de dezembro de 2022), nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Recife e Fortaleza.

RECURSOS HUMANOS

Reconhecimentos

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional levaram a Companhia a receber reconhecimentos.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US$ 1,3 trilhão de ativos sob sua gestão, em novembro de 2022, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina.

Considerando a expertise em seguros de vida e gestão de ativos, a Prudential Financial está focada em ajudar clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seus bens. Nos EUA, nosso símbolo Rock® - o rochedo - é um ícone de força, estabilidade, experiência e inovação que perdura ao longo do tempo.

Prudential Financial, Inc realiza seus principais negócios por meio de cinco unidades: Unidade de Soluções Individuais nos EUA, Unidade de Soluções Corporativas nos EUA, Unidade de Gestão de Investimentos, Unidade Internacional de Seguros e Unidade de Closed Block. Também são realizadas atividades nas áreas de Operações Corporativas entre outras.

Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus segurados, razão de sua missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do seguro de vida e por confiarem nos nossos produtos de proteção diferenciada, à SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (CNSeg) e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), por todo o apoio recebido.

Também agradece aos funcionários da Seguradora e aos prestadores de serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia e, em particular, aos corretores franqueados e demais parceiros comerciais, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstrados aos clientes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo			
Circulante		**2.847.841**	**2.289.605**
Disponível		**39.196**	**42.534**
Caixa e bancos	5	39.196	42.534
Aplicações financeiras	**6**	**1.847.223**	**1.230.518**
Títulos de renda fixa		459.480	121.262
Quotas de fundos de investimento exclusivos		1.387.743	1.109.256
Créditos das operações com seguros e resseguros		**434.852**	**351.472**
Prêmios a receber	7	420.523	335.827
Operações com resseguradoras		13.639	10.305
Outros créditos operacionais		690	5.340
Ativos de resseguros - provisões técnicas	**8**	**84.449**	**22.790**
Títulos e créditos a receber		**151.851**	**353.124**
Créditos tributários e previdenciários	10(a)	131.175	59.802
Outros créditos	11 (a)	20.676	18.322
Aumento de capital a ser integralizado	11 (a)	–	275.000
Empréstimos e depósitos compulsórios		**8.469**	**6.226**
Despesas antecipadas		**4.707**	**4.898**
Custos de aquisição diferidos		**277.094**	**278.043**
Seguros e resseguros	9	277.094	278.043
Não circulante		**14.622.751**	**11.741.606**
Realizável a longo prazo		**14.197.180**	**11.491.135**
Aplicações financeiras	**6**	**12.399.921**	**9.814.801**
Títulos de renda fixa		4.459.271	2.079.975
Quotas de fundos de investimento exclusivo		7.940.650	7.734.826
Títulos e créditos a receber		**1.578.394**	**1.462.653**
Assistência financeira a participantes	11(b)	134.382	132.357
Créditos tributários e previdenciários	10(b)	910.526	936.919
Depósitos judiciais e fiscais	12	522.549	373.890
Outros créditos operacionais	11(b)	10.946	19.487
Custos de aquisição diferidos		**218.865**	**213.681**
Seguros e resseguros	9	218.865	213.681
Investimentos	**13**	**242.717**	**165.248**
Participações societárias		242.717	165.248
Imobilizado	**15**	**131.845**	**47.894**
Bens imóveis		8.736	8.937
Bens móveis		93.363	28.380
Outras imobilizações		29.746	10.577
Ativos de direito de uso	**14**	**51.009**	**37.329**
Total do ativo		**17.470.592**	**14.031.211**

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		**979.123**	**697.372**
Contas a pagar		**437.691**	**319.503**
Obrigações a pagar	16	189.685	148.265
Impostos e encargos sociais a recolher		15.430	10.925
Encargos trabalhistas		15.051	13.716
Impostos e contribuições	17	217.525	146.596
Débitos das operações com seguros e resseguros		**68.181**	**47.940**
Operações com resseguradoras		68.181	47.940
Depósito de terceiros	**18**	**8.208**	**8.272**
Provisões técnicas - seguros	**21**	**454.756**	**307.288**
Pessoas		125.435	88.040
Vida individual e vida com cobertura por sobrevivência		329.321	219.248
Débitos Diversos		**10.287**	**14.369**
Passivos de arrendamento	14	10.287	14.369
Não circulante		**13.447.392**	**11.072.275**
Contas a Pagar		**495**	**470**
Obrigações a pagar	16	495	470
Provisões técnicas - seguros	**21**	**11.440.360**	**9.067.301**
Pessoas		189.813	161.604
Vida individual e vida com cobertura por sobrevivência		11.250.547	8.905.697
Outros débitos		**1.958.744**	**1.976.294**
Provisões judiciais	19	1.447.786	1.404.506
Outras provisões	19	510.958	571.788
Débitos diversos		**47.793**	**28.210**
Passivos de arrendamento	14	47.793	28.210
Patrimônio líquido		**3.044.077**	**2.261.564**
Capital social integralizado		2.618.943	1.796.455
Aumento de Capital em aprovação	23(a)	500.000	547.488
Aumento de Capital a integralizar		–	275.000
Reserva de capital		562	562
Reserva de lucros	23(c)	100.768	–
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(176.196)	(207.324)
Prejuízos acumulados		–	(150.617)
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.470.592**	**14.031.211**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prêmios emitidos líquidos	**25(a)**	**4.188.727**	**3.464.423**
Variações das provisões técnicas de prêmios		(3.012.453)	(2.823.031)
Prêmios ganhos	**24**	**1.176.274**	**641.392**
Sinistros ocorridos	25(b)	(465.834)	(394.464)
Custos de aquisição	25(c)	(678.935)	(642.931)
Outras receitas e despesas operacionais	25(d)	(10.218)	(8.732)
Resseguro			
Receita com resseguro		115.676	55.879
Despesa com resseguro		(106.567)	(84.741)
Resultado com Resseguro	**25(e)**	**9.109**	**(28.862)**
Despesas administrativas	25(f)	(746.179)	(771.161)
Despesas com tributos	25(g)	(116.081)	(103.577)
Resultado Financeiro	25(h)	1.177.202	1.506.876
Resultado Patrimonial	13	82.571	(185.955)
Resultado operacional		**427.909**	**12.586**
Perdas/Ganhos com ativos não correntes	25(i)	(4.947)	(55.980)
Resultado antes dos impostos e participações		**422.962**	**(43.394)**
Imposto de renda	20	(80.438)	(34.585)
Contribuição social	20	(51.538)	(28.836)
Participações sobre o resultado		(39.601)	(27.402)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**251.385**	**(134.217)**
Média Ponderada do número de ações em circulação		3.927	2.573
Lucro (prejuízo) por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído - R$ mil	23(e)	64	(52)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Demonstração do Resultado Abrangente		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	251.385	(134.217)
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	60.603	(264.961)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - Controlada	(5.102)	(18.825)
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	(24.373)	105.949
Total do resultado abrangente do exercício	**282.513**	**(312.054)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

		Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Aumento de capital em aprovação	Doações e subvenções	Pagamentos a minoritários	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2021		**1.462.983**	**233.852**	**599**	**(37)**	**–**	**–**	**(29.487)**	**(16.400)**	**1.651.510**
Aumento de capital:										
Portaria SUSEP nº 216 de 21 de junho de 2021	23(a)	233.852	(233.852)	–	–	–	–	–	–	**–**
Assembleia Geral Extraordinária de 28 de junho de 2021		–	–	–	–	–	–	–	–	**–**
Portaria SUSEP nº 453 de 26 de outubro de 2021		99.620	–	–	–	–	–	–	–	**99.620**
Assembleia Geral Ordinária de 31 de dezembro de 2021		–	822.488	–	–	–	–	–	–	**822.488**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	–	(134.217)	**(134.217)**
Ajustes com títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	(177.837)	–	**(177.837)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.796.455**	**822.488**	**599**	**(37)**	**–**	**–**	**(207.324)**	**(150.617)**	**2.261.564**
		Capital Social		**Reservas de capital**		**Reservas de lucros**		**Ajustes com títulos e valores mobiliários**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total**
		Capital social	**Aumento de capital a integralizar/em aprovação**	**Doações e subvenções**	**Pagamentos a minoritários**	**Reserva legal**	**Reserva estatutária**			
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**1.796.455**	**822.488**	**599**	**(37)**	**–**	**–**	**(207.324)**	**(150.617)**	**2.261.564**
Aumento de capital:										
Portaria SUSEP nº 696 de 13 de abril de 2022	23(a)	822.488	(822.488)	–	–	–	–	–	–	**–**
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2022	23(a)	–	500.000	–	–	–	–	–	–	**500.000**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	251.385	**251.385**
Constituição de reserva legal	23(c)	–	–	–	–	5.038	–	–	(5.038)	**–**
Constituição de reserva estatuaria	23(c)	–	–	–	–	–	95.730	–	(95.730)	**–**
Ajustes com títulos e valores mobiliários		–	–	–	–	–	–	31.128	–	**31.128**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**2.618.943**	**500.000**	**599**	**(37)**	**5.038**	**95.730**	**(176.196)**	**–**	**3.044.077**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		251.385	(134.217)
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações de imobilizado	15	17.610	14.238
Depreciações e amortizações de arrendamento	14	15.525	17.892
Provisão de ajuste de preço de aquisição de controlada		–	(2.294)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.958	(8.993)
Prejuízo com venda de títulos	25 (h)	359.973	1.736
Provisão para processos judiciais	19	183.411	232.671
Outras provisões	19	(60.830)	(193.616)
Provisão redução ao valor recuperável de créditos a receber		(356)	1.599
Resultado de equivalência patrimonial	13(a)	(82.571)	185.955
Outros		–	(5.855)
		686.105	109.116
Variações de ativos e passivos			
Créditos das operações com seguros e resseguros		(82.236)	(42.421)
Ativos financeiros		(3.525.568)	(3.103.505)
Ativos de resseguro		(61.659)	(6.654)
Títulos e créditos a receber		82.786	314.454
Empréstimos e depósitos compulsórios		(2.243)	(1.481)
Despesas antecipadas		191	(4.619)
Custos de aquisição diferidos		(4.235)	32.026
Ativos de direito de uso		(29.205)	(55.221)
Contas a pagar		257.381	190.096
Débitos de operações com seguros e resseguros		20.241	12.255
Depósito de terceiros		(64)	963
Provisões técnicas - seguros		2.520.527	2.451.504
Provisão para processos e débitos judiciais		(120.548)	(132.402)
Caixa consumido pelas operações		**(258.527)**	**(235.889)**
Impostos e contribuições pagos		(125.543)	(239.900)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		**(384.070)**	**(475.789)**
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	15	(103.161)	(14.708)
Alienações		1.600	463
Aumento de capital feito na Prudential Vida em Grupo S.A.	13	–	(125.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(101.561)**	**(139.245)**
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	23(a)	500.000	645.482
Pagamento de principal de passivos de arrendamento	14(ii)	(17.707)	(16.940)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**482.293**	**628.542**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(3.338)**	**13.508**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		42.534	29.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39.196	42.534

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., denominada "Seguradora", "Companhia" ou "Prudential", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em quaisquer das suas modalidades, tais como definidos na legislação em vigor, operando nos principais centros econômicos do País. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo Vida Individual. Com o advento da Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016 e suas alterações, os ramos de Seguros de Pessoas Individual em que a Seguradora opera foram classificados como: vida, acidentes pessoais, doenças graves, eventos aleatórios, funeral, dotal misto e dotal puro.

A composição acionária da Prudential é de 99,94% da Pruserviços Participações Ltda. ("Pruserviços") e de 0,06% pertencentes a 3 (três) acionistas minoritários, todos membros do Conselho de Administração.

Sediada no Rio de Janeiro, a Prudential está presente em 12 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de seus 33 pontos de apoio (base 31 de dezembro de 2022), nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Recife e Fortaleza.

Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023, aprovaram o Relatório dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1.1 Outras informações - Impactos da COVID-19

No primeiro trimestre de 2020, o País foi acometido pelos efeitos da pandemia de COVID-19, resultando em incertezas econômicas e impactos adversos nos mercados globais e do Brasil. No interesse da saúde e segurança públicas, o governo determinou o fechamento obrigatório de comércios, indústrias e serviços não essenciais a partir de março de 2020. Como consequência, a Companhia está seguindo os protocolos sanitários dos órgãos de saúde para a contenção da proliferação da COVID-19 entre funcionários e prestadores de serviços. Adicionalmente, a Companhia decidiu pelo pagamento de sinistros relativos à COVID 19, mesmo tendo o evento "pandemia" como cláusula de exclusão de indenizações nas condições gerais dos contratos com os segurados. As indenizações até dezembro de 2022 totalizaram R$ 4 milhões (R$9,7 milhões em 2021).

Durante o ano de 2022, os efeitos da pandemia reduziram significativamente, gerando reversões em nossas provisões de sinistros na ordem de R$ 3 milhões. No restante da operação não verificamos outros impactos, como por exemplo, na emissão de prêmios, ou *impairment* de ativos não financeiros ou perda de ativos financeiros. A Companhia mantém sua capacidade operacional e se adaptou prontamente às limitações e desafios trazidos pela pandemia, e continuará monitorando os seus efeitos adversos para manter atualizadas as análises de eventuais impactos nas suas operações e demonstrações financeiras.

1.2 Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento, aumento de juros e aumento dos custos de *commodities* resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia.

A Administração da Seguradora avaliou os impactos, e até a data da emissão das demonstrações financeiras não houve ajustes a serem divulgados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas veem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP n° 648/2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método indireto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 648/2021.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas no pressuposto de continuidade operacional.

2.2 Novas normas, alterações e interpretações

Novas normas com vigência em exercícios posteriores a 2022, em processo de avaliação pela Seguradora:

• CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros - substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira.

O CPC submeteu à audiência pública, em 2019, o Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguros, correspondente à IFRS 17. O mesmo foi aprovado em Maio/21 e divulgado em Agosto/21. A norma IFRS 17 prevê a aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme decisão de dezembro de 2020 do IASB – *International Accounting Standards Board*, no entanto, o pronunciamento CPC 50 ainda aguarda aprovação pela SUSEP para o registro contábil pela Seguradora.

• CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, vigente desde 1º de janeiro de 2018. A SUSEP incluiu este normativo em seu plano de regulação de 2022 e vem avaliando tais impactos nas companhias seguradoras para a implantação da norma antecipada ao CPC 50 (IFRS 17).

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.
CNPJ nº 33.061.813/0001-40

2.3 Moeda funcional
A moeda funcional da Companhia é o Real.
2.4 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, inclusive em dólar, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses.
2.5 Ativos financeiros
(a) Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
• **Títulos disponíveis para venda**
Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.
As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
• **Mantidos até o vencimento**
Os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.
• **Empréstimos e recebíveis**
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos que não são cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados quanto à perda no valor recuperável (*impairment*) a cada data de balanço.
(b) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao "valor justo através do resultado" são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.
Quando os títulos classificados como "disponíveis para venda" são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".
Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) têm suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado.
(c) *Impairment* de ativos financeiros
Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda
A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.
Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante seis meses consecutivos;
• Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
• Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos um ano;
• Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a Companhia tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.
A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.
Ainda para prêmios a receber, a provisão é constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão inclui todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer (Nota 7).
A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 e 180 dias, respectivamente, da data do pagamento da indenização.
Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada e reflete o histórico de perdas internas.
A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima.
2.6 Custos de aquisição diferidos
A apropriação da comissão para o ramo de vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses).
2.7 Avaliação de ativos de contratos de resseguro
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento).
A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.
Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais. Adicionamente não existem evidências objetivas de *impairment*.
Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exime as obrigações para com os segurados.
2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes
A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da Administração.
Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para processos judiciais em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação. São atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.
Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o seu valor justo ou de realização.
2.9 Contratos de seguro
Conforme disposto no CPC 11 – Contratos de seguro, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.
A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11 e Carta-Circular SUSEP/DITEC/CGSOA nº 001/2015, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.
A Seguradora desenha seus produtos e condições associadas respeitando a legislação vigente. Os produtos da Seguradora Kyoei, incorporada à Prudential em dezembro de 2019, não são mais comercializados e sua operação está em *run-off*.
As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 432/2021, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores) descritas a seguir:
Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência
(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)
O cálculo da PPNG deve ser efetuado "*pro rata die*", tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes. No período entre emissão e início de vigência do risco, o cálculo considera que o período a decorrer é igual ao período total da cobertura de risco.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.
(ii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, contemplando ainda os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (*Incurred But Not Enough Reported* - IBNER), conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.
(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (*Incurred But Not Reported* – IBNR)
A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, por metodologia de triângulo trimestral de *run-off*, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.
(iv) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)
A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.
(v) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)
A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.
(vi) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)
Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada de acordo com fórmulas de cálculo específicas conforme Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP.
(vii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)
A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial.
(viii) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)
A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.
(ix) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)
A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo, conforme descrito a seguir.
Seguros de Danos (Carteira em *Run-off*)
(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)
A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (*Incurred But Not Enough Reported* – IBNER), se for o caso.
Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - *Liability Adequacy Test*)
O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação da adequação dos passivos da seguradora. O resultado do TAP é a diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.
Esse teste é efetuado semestralmente e, caso o valor apurado seja deficitário, este deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Dessa forma, é avaliado se o montante provisionado já com os devidos valores deduzidos está adequado às estimativas de fluxo de caixa futuro.
As premissas que estão sendo previstas no fluxo de caixa estimado são:
• A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal, deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS mais atuais. Para as demais premissas foram utilizadas taxas obtidas de acordo com a experiência da própria Seguradora. Foi utilizada pela Seguradora, para o cálculo do valor presente do fluxo estimado, a Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP, referente ao IGP-M, e pela ANBIMA, referente ao IPCA.
• O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, correspondendo a 41 grupos.
• O teste para os fluxos registrados é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre Seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.
• O fluxo considera: sinistros, resgates e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros esperados de contratos vigentes, além das despesas, despesas de manutenção e liquidação das apólices.
• Os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos e de acordo com a legislação vigente.
Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez, doenças graves, internação hospitalar, antecipação em caso de doença e perda de autonomia pessoal. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.
No Teste de Adequação do Passivo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, concluiu-se que não há necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para a Seguradora no período.
2.10 Investimentos
Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela Administração.
2.11 Investimentos em controladas
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como resultado de participações societárias.
O ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* determinado na aquisição de um investimento é calculado e reconhecido como o excedente da contrapartida transferida sobre o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados ao valor justo. Seu valor é revisado anualmente para que não seja superior ao seu valor recuperável.
2.12 Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens, descritas na Nota 15(a).
2.13 *Impairment* de ativos não financeiros
Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (deduzido dos custos de venda dos ativos).
2.14 Arrendamentos
Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)
A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos consistiu no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedeceu aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.
A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/ IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares. A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021.
Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período.
Definição de arrendamento
A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
(a) Ativo de direito de uso
Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.
Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados. A Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis.
A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.
(b) Passivo de arrendamento
Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos.
O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.
2.15 Demais passivos financeiros (circulantes e não circulantes)
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, aplicáveis às instituições financeiras e equiparadas (seguradoras), na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.
No período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a contribuição social foi apurada pela alíquota de 16% em função da publicação da Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retorna a 15% conforme abaixo:
Art 3°
Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Parágrafo único. As alíquotas da contribuição de que tratam os incisos I e II-A do caput deste artigo serão de 16% (dezesseis por cento) e de 21% (vinte e um por cento), respectivamente, até 31 de dezembro de 2022."(NR)
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão calculados considerando a alíquota total de 40%
2.17 Capital social
O capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, que são classificadas no patrimônio líquido.
2.18 Políticas contábeis de reconhecimento de receita e despesa
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:
A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).
A participação dos empregados no resultado, de acordo com as metas estipuladas pela Administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, se aplicável.
O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado.
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos
(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.
Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se tratam de valores provisionados, esses representam estimativas.
Os passivos de seguro que são mais impactados por uso de julgamento e incertezas são aqueles relacionadas às provisões técnicas, principalmente a liquidação de causas judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais futuras.
(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões
A Seguradora possui processos judiciais e administrativos fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data das demonstrações financeiras.
As estimativas contábeis são constituídas a partir da avaliação do Departamento Jurídico e dos seus consultores legais externos. As avaliações desses especialistas consideram alterações no ambiente legal do País e jurisprudência acerca de matérias com repercussão sobre a Seguradora.
É constituída provisão para os processos cíveis com expectativa de perda classificada como "provável". Para os processos fiscais, a provisão corresponde à totalidade dos montantes em discussão judicial ou administrativa, por se tratarem de obrigações legais.
As provisões judiciais trabalhistas e outras provisões refletem a expectativa de desembolso, observando-se históricos de execução e acordos. A adequação das estimativas é avaliada a cada período de reporte. Há um alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, segundo o CPC 25/IAS 37. Portanto, essas estimativas podem diferir dos montantes a serem efetivamente desembolsados quando da resolução das correspondentes ações judiciais e administrativas.
(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros
Conforme requerido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.
Em razão da pandemia, que provocou deterioração do cenário macroeconômico, a Companhia implementou medidas para reduzir o risco de não recebimento de prêmios e de parcelas de assistência financeira, além do possível aumento nos cancelamentos, dentre outros efeitos. As principais ações foram:
• Contato mais frequente com os clientes inadimplentes através de canais digitais e ligações ativas;
• Relatórios semanais para acompanhamento do aging da inadimplência.
O cenário de COVID-19 não trouxe impacto sobre a recuperabilidade das aplicações financeiras, devido ao perfil de baixo risco de crédito da carteira da Companhia.
(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários
Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.
As projeções de resultado futuro da Administração foram revistas devido à pandemia de COVID-19, que trouxe incertezas em vários aspectos que podem interferir nas operações e alcance de objetivos anteriormente estipulados pela Companhia. A Administração avalia que a Seguradora mantém sua capacidade de gerar lucros tributáveis nos exercícios futuros que suportam a realização dos créditos tributários reconhecidos nas suas demonstrações financeiras. Para fins dessas análises, estudos de realização dos referidos créditos tributários foram elaborados pela administração da Seguradora.
4 Estrutura de gerenciamento de risco
A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financial e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Seguradora.
Mecanismo de extrema relevância que deve ser construído em linha com a estratégia da Seguradora, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. e deve ser capaz de contribuir para a geração de valor e auxiliar no direcionamento estratégico de longo prazo da Companhia. Há na Seguradora uma Estrutura de Gestão de Riscos, que leva em consideração a natureza, escala e complexidade de suas operações, responsável pela identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, assim como um Comitê de Riscos e Auditoria que tem, entre outras atribuições, realizar avaliações e follow-ups periódicos, o alinhamento da estratégia da Seguradora ao seu apetite por risco.
A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. utiliza o modelo das Três Linhas, elaborado pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA), que determina papéis e responsabilidades dentro do processo de gestão de riscos. Com isso, a área de Riscos, equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos, atua no monitoramento contínuo e auxilia os gestores da Seguradora na identificação e avaliação de riscos.
Desde 2014, a Prudential do Brasil possui uma área ligada a de riscos, dedicada à preparação da Companhia para cenários de crise. Em 2020, com o cenário de pandemia anunciado pela OMS – Organização Mundial da Saúde, o plano de continuidade de negócios foi acionado, permitindo, com isso, que a Companhia operasse 100% de forma remota, mantendo a segurança dos colaboradores, franqueados e clientes. O Comitê de Crise multidisciplinar foi ativado para monitorar a evolução da pandemia.
A área de Riscos e continuidade de negócios encontra-se na estrutura organizacional da Diretoria de Controles Internos, que também possui outras três áreas: Compliance; Ética & Investigação; e Unidade de Testes e Controles. Tal estrutura compõem a Estrutura de Gestão de Riscos e o Sistema de Controles Internos da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A..
4.1 Descrição dos riscos nas operações
O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado, capital e operacional.
4.1.1 Gestão de risco de seguro
O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.
CNPJ nº 33.061.813/0001-40

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados ou beneficiários, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.
Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.
Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.
A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos clientes, aos franqueados e aos demais parceiros comerciais, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.
A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.
Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas propostas de contratação apresentadas pelas Corretoras Franqueadas *Life Planner* ou pelos demais parceiros comerciais.
As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e *hobbies*, profissão, uso de álcool/fumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.
Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.
Devido aos efeitos da COVID-19, a Companhia implementou os seguintes procedimentos adicionais na subscrição:
• Se houve Covid-19 confirmada há menos de 2 semanas da contratação, o seguro não será aceito. Após esse período, não havendo sequelas, complicações ou hospitalização, podemos avaliar novamente.
• Caso tenha havido necessidade de internação, a contratação será negada por 3 meses após a recuperação do cliente. Após este período, poderemos avaliar com Relatório Médico Assistente, se o histórico ocorreu de 3 a 6 meses, e, após esse período, a avaliação será feita com base nas demais informações sobre o quadro de saúde do cliente.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessão ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.
Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar, perda de autonomia pessoal e invalidez por doença. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores acompanhem a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential.
No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.
Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção adequados se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade e morbidade.
Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transferência do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.
A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM – *Asset Liability Management*)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.
Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.
As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.
O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.
Em decorrência da COVID-19, observamos impactos em diversos fatores relacionados aos fluxos de caixa dos ativos e passivos, especialmente quanto à inflação. Abordaremos tais impactos, individualmente e com detalhes, nos subitens da Nota 4.1.2, mais adiante.

(d) Gerenciamento de risco por área de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) gerenciamento de ativos e passivos.
Além disso, está sendo feito um monitoramento em separado para os casos de COVID-19, no qual a Prudential vem acompanhando a quantidade total de despesas geradas por sinistros da pandemia.

(e) Seguros de vida

Os produtos de vida comercializados possuem natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada grupo de produtos. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.
Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:
• Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
• Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos;
Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.
• Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:
• Os riscos de mortalidade, morbidade e longevidade são cuidadosamente monitorados em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A Administração monitora a exposição a estes riscos e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a demanda de capital que os negócios poderão exigir. A Administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir esses riscos quando possível e desejável;
• O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência própria. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever;
• O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade dos produtos e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.
Além disso, são utilizados mecanismos de revisão de metodologia de provisões e testes de consistência.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados por esta Seguradora descritos neste item foram efetuados considerando apenas os riscos relacionados a seguro e foram utilizadas as mesmas bases do Teste de Adequação de Passivos. De acordo com o previsto na regulamentação vigente, a Seguradora optou por mensurar os efeitos nas principais variáveis deste risco através do Teste de Adequação do Passivo e os efeitos subsequentes em necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e no Patrimônio Líquido Ajustado, que compõe o indicador de solvência da Seguradora. Os testes consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em cada variável de forma marginal.
Conforme previsto na Circular SUSEP nº 648/2021, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros, mortalidade e morbidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.
O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.
Dessa forma, foram utilizadas pela Administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de morbidade.
Após a realização dos testes de sensibilidade não foram observadas alterações no resultado operacional da Seguradora, uma vez que os impactos nos fluxos dos passivos de seguro não geraram a necessidade de constituição de PCC. Todavia, os impactos nos respectivos fluxos geraram alterações nos ajustes econômicos do patrimônio líquido ajustado, os quais são apresentados na tabela a seguir:

Resultado dos Testes de Sensibilidade:	Efeito no patrimônio líquido ajustado	
Teste de Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de juros em 1,5% ao ano (*)	(27.023)	(27.023)
Redução de juros em 1,5% ao ano (*)	32.838	32.838
Aumento da Mortalidade e Morbidade em 10%	(17.377)	(17.377)
Redução da Mortalidade e Morbidade em 10%	18.216	18.216

(*) A sensibilidade das taxas de juros testadas neste teste de sensibilidade, conforme mencionado acima, se referem ao seu efeito nos fluxos de passivo de seguro. O efeito do aumento/redução da taxa de juros sobre os ativos financeiros da Seguradora encontra-se no item 4.1.2.3 (Risco de Mercado).
Os resultados obtidos demonstram que, mesmo nas condições simuladas, a Seguradora continuaria solvente, pois há suficiência de capital de R$ 474 milhões (o PLA da Seguradora em dezembro de 2022 resultou em R$ 1.099 milhões, absorvendo, desta forma, os impactos apresentados na tabela). Adicionalmente, não teria impacto no resultado de subscrição, via constituição adicional de PCC.

(g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.
As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações de taxas de juros e inflação na economia. À medida que o mercado de capitais se movimenta, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (vida e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

	Percentual do capital segurado	
Ramo	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Vida	27,21	26,90
Dotal Misto	0,19	0,24
Dotal Puro	0,05	0,06
Invalidez por acidente	27,18	26,88
Invalidez por acidente (Parcial)	21,61	21,11
Invalidez por doença	0,00	0,00
Morte acidental	9,45	9,90
Doenças graves	10,53	11,00
Diária por Internação Hospitalar	0,02	0,02
Assistência Funeral	0,29	0,27
Perda de Autonomia Pessoal	3,46	3,61
	100	100

	Percentual do capital ressegurado	
Ramo	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Vida	22,91	31,13
Dotal misto	0,06	21,41
Dotal puro	0,00	20,51
Invalidez por acidente	22,68	14,6
Invalidez por acidente (parcial)	10,74	8,32
Morte acidental	4,32	3,9
Doenças graves	26,79	0,08
Diária por internação hospitalar	0,03	0,03
Perda de Autonomia Pessoal	12,47	0,01
Invalidez por doença	0,01	0,01
	100	100

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do capital segurado por vida. Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

(i) Concentração de riscos por área geográfica

A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do País, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria "Outros".

Percentual de Concentração de riscos por área geográfica							
31 de dezembro de 2022	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros	Total
Vida	13,62	37,58	8,05	8,59	8,07	24,08	100,00
Dotal Misto	15,27	63,13	6,55	7,30	4,38	3,37	100,00
Dotal Puro	20,46	44,21	7,87	9,73	9,57	8,16	100,00
Invalidez por acidente	13,64	37,60	8,06	8,57	8,08	24,05	100,00
Invalidez por acidente (Parcial)	12,41	36,54	7,45	8,91	8,51	26,18	100,00
Invalidez por doença	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Morte acidental	14,37	35,74	7,62	9,65	9,30	23,32	100,00
Doenças graves	15,81	34,78	7,53	8,12	8,24	25,52	100,00
Diária por Internação Hospitalar	12,12	35,89	7,59	7,02	9,74	27,64	100,00
Assistência Funeral	10,38	39,07	9,20	11,20	7,69	22,46	100,00
Perda de Autonomia Pessoal	11,55	41,08	8,74	5,43	8,26	24,93	100,00

Percentual de Concentração de riscos por área geográfica							
31 de dezembro de 2021	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros	Total
Vida	14,75	38,30	8,46	8,92	7,97	21,60	100,00
Dotal Misto	14,71	63,56	6,54	7,03	4,38	3,78	100,00
Dotal Puro	20,39	43,81	8,15	10,29	9,21	8,15	100,00
Invalidez por acidente	14,75	38,32	8,46	8,92	7,97	21,58	100,00
Invalidez por acidente (Parcial)	13,53	37,27	7,83	9,40	8,10	23,87	100,00
Invalidez por doença	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Morte acidental	15,59	35,70	7,54	10,01	8,99	22,17	100,00
Doenças graves	17,10	35,02	7,88	8,34	7,91	23,75	100,00
Diária por Internação Hospitalar	12,98	36,70	8,04	7,24	9,41	25,63	100,00
Assistência Funeral	11,36	39,18	8,61	12,08	7,49	21,28	100,00
Perda de Autonomia Pessoal	11,56	42,56	9,35	5,70	7,63	23,20	100,00

(j) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de investimentos. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management* - ALM), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.
A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:
(i) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.
(ii) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.
(iii) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.
A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.
A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.
A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.
Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes de a Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito.
Em função do perfil do portfólio de investimentos da Companhia, composto majoritariamente por títulos públicos e com títulos privados com ratings AAA e AA, não se esperam impactos de risco de crédito em decorrência da COVID-19. Não foram observados *downgrades* nos *ratings* ao longo do exercício de 2022.
A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

					31 de dezembro de 2022
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch – Escala Nacional)	AA	A-/Aa3	Sem rating	Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado					
Fundos Multimercado	–	–	–	191.665	191.665
Mantidos até o vencimento					
Ativos pós-fixados					
Públicos	7.564.947	–	–	–	7.564.947
Disponíveis para venda					
Ativos pós-fixados					
Públicos	5.872.197	–	–	–	5.872.197
Privados	314.286	304.049	–	–	618.335
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	39.196	39.196
Assistência financeira a participantes	–	–	–	134.382	134.382
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	420.523	420.523
Operações com seguradoras/resseguradores	–	–	13.639	–	13.639
Títulos e créditos a receber	–	–	–	16.681	16.681
Exposição máxima ao risco de crédito	**13.751.430**	**304.049**	**13.639**	**802.447**	**14.871.565**

					31 de dezembro de 2021
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch – Escala Nacional)	AA	A-/Aa3	Sem rating	Saldo contábil
Ao valor justo através do resultado					
Fundos Multimercado	–	–	–	180.435	180.435
Mantidos até o vencimento					
Ativos pós-fixados					
Públicos	7.183.140	–	–	–	7.183.140
Disponíveis para venda					
Ativos pós-fixados					
Públicos	3.494.286	–	–	–	3.494.286
Privados	120.563	66.895	–	–	187.458
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	42.534	42.534
Assistência financeira a participantes	–	–	–	132.357	132.357
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	335.827	335.827
Operações com seguradoras/resseguradoras			10.305	–	10.305
Títulos e créditos a receber	–	–	–	16.695	16.695
Exposição máxima ao risco de crédito	**10.797.989**	**66.895**	**10.305**	**707.848**	**11.583.037**

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.
A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) onde é confirmado o perfil de risco dos segurados.

(a) Exposições ao crédito de resseguro

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras locais. A contraparte de resseguro é efetuada com a Munich Re, o IRB Brasil RE e a Swiss Re Brasil Resseguros (Nota 8).
Esta exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que os contratos estão progredindo conforme previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir.
Até o momento, não houve impacto no risco de crédito dos resseguradores parceiros da Prudential causado pela COVID-19. Tais impactos estão sendo monitorados e avaliados constantemente.

4.1.2.2 Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar tal risco.
Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa em curto prazo.
A Companhia também investe esforços na gestão de performance da carteira. Esta análise reflete a melhor perspectiva da Prudential do Brasil para seus negócios e possui também como finalidade antecipar os efeitos de possíveis aumentos de cancelamentos, resgates, portabilidades, sinistralidade e despesas em geral.
Mensalmente, há o acompanhamento dos ativos livres frente ao saldo de reservas técnicas e também de solvência. Para uma melhor análise são feitos testes de estresse para garantir que a Companhia estará preparada para os cenários mais adversos. A Prudential do Brasil encontra-se sempre atenta às mudanças regulatórias e econômicas para, sempre que possível, antecipar tais efeitos e estar alinhada às melhores práticas.
As práticas relativas ao gerenciamento do risco de liquidez podem ser encontradas na Política de Liquidez da Companhia.

(a) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos da Seguradora também garante a capacidade de cobrir altas exigências de liquidez, no caso de um desastre natural ou de uma pandemia, como a COVID-19.
A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.
Em função do perfil do portfólio de investimentos da Companhia, não foram observados impactos na liquidez em decorrência da COVID-19. Todas as operações de resgate de títulos de curto prazo e de recebimento de cupom de juros ocorreram normalmente ao longo do ano de 2022.
A Seguradora utilizou a análise do fluxo de caixa demonstrado a seguir com base no valor contábil dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

	31 de dezembro de 2022 – Fluxo de caixa contratual descontado						
Composição da carteira	**Sem vencimento**	**0 a 30 dias**	**1 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Saldo contábil**
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados	–	–	–	–	–	–	–
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação	–	–	–	–	–	–	–
Atrelados à Selic	–	–	–	–	–	–	–
Fundos Multimercado	191.665	–	–	–	–	191.665	191.665
Mantidos até o vencimento	–	–	–	–	–	–	–
Ativos pós-fixados	–	–	–	–	–	–	–
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação	–	26.302	75.164	–	7.463.482	7.564.947	7.564.947
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados	–	–	–	–	–	–	–
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação	–	3.858	462.174	–	4.318.105	4.784.137	4.784.137
Atrelados à Selic	1.088.060	–	–	–	–	1.088.060	1.088.060
Privados	–	–	–	–	618.335	618.335	618.335
Empréstimos e recebíveis, prefixados							
Caixa e equivalentes de caixa	39.196	–	–	–	–	39.196	39.196
Operações de crédito	–	–	–	–	134.382	134.382	134.382
Prêmios a receber de segurados	55.640	364.883	–	–	–	420.523	420.523
Operações com seguradoras/resseguradoras	–	–	13.639	–	–	13.639	13.639
Títulos e créditos a receber	20.676	–	–	–	–	20.676	20.676
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	**1.395.237**	**395.043**	**550.977**	**–**	**12.534.304**	**14.875.560**	**14.875.560**

	31 de dezembro 2021 – Fluxo de caixa contratual descontado						
Composição da carteira	**Sem vencimento**	**0 a 30 dias**	**1 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Saldo contábil**
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados	–	–	–	–	–	–	–
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação	–	–	–	–	–	–	–
Atrelados à Selic	–	–	–	–	–	–	–
Fundos Multimercado	180.435	–	–	–	–	180.435	180.435
Mantidos até o vencimento							
Ativos pós-fixados							
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação		24.939	71.810	–	7.086.391	7.183.140	7.183.140
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados	–	–	–	–	–	–	–
Públicos	–	–	–	–	–	–	–
Indexados à inflação	–	1.927	42.944	866.194	1.892.518	2.803.583	2.803.583
Atrelados à Selic	687.661		–	3.043	–	690.704	690.704
Privados			–	–	187.457	187.457	187.457
Empréstimos e recebíveis, prefixados							
Caixa e equivalentes de caixa	42.534	–	–	–	–	42.534	42.534
Operações de crédito	–	–	–	–	132.357	132.357	132.357
Prêmios a receber de segurados	–	293.652	42.175	–		335.827	335.827
Operações com seguradoras/resseguradoras	–	–	10.305	–	–	10.305	10.305
Títulos e créditos a receber	16.695	–	–	–	–	16.695	16.695
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	**927.325**	**320.518**	**167.234**	**869.237**	**9.298.723**	**11.583.037**	**11.583.037**

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual, com exceção dos passivos de seguro, que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez.

	Passivos de contratos de seguros em 31 de dezembro de 2022		
	0-1 ano	**> 1 ano**	**Valor contábil**
Passivos de seguro	454.756	11.440.360	11.895.116
Total das obrigações contratuais	**454.756**	**11.440.360**	**11.895.116**

	Passivos de contratos de seguros em 31 de dezembro de 2021		
	0-1 ano	**> 1 ano**	**Valor contábil**
Passivos de seguro	307.288	9.067.301	9.374.589
Total das obrigações contratuais	**307.288**	**9.067.301**	**9.374.589**

4.1.2.3 Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

		31 de dezembro de 2022		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - Resultado/ patrimônio líquido**	**Saldo projetado**
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	12.967.420	(723.739)	12.243.680
Indexados à Inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	12.967.420	723.739	13.691.159
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	1.088.060	10.881	1.098.940
Atrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	1.088.060	(10.881)	1.077.179

		31 de dezembro de 2021		
Classes	**Premissas**	**Saldo contábil**	**Variação - Resultado/ patrimônio líquido**	**Saldo projetado**
Indexados à Inflação	Aumento de 1,5 % na taxa Cupom	10.174.180	(390.545)	9.783.635
Indexados à Inflação	Redução de 1,5 % na taxa Cupom	10.174.180	390.545	10.564.725
Atrelados à Selic	Com alta de 1,0% ponto base com relação ao realizado	690.704	6.907	697.611
Atrelados à Selic	Com queda de 1,0% ponto base com relação ao realizado	690.704	(6.907)	683.797

(a) Taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia seguiu cumprindo sua política de investimentos ao longo de 2022, apesar das oscilações do ambiente macroeconômico geradas pela COVID-19.

(b) Taxa de inflação

Devido à possibilidade de variações entre o IGP-M e o IPCA, a área de Investimentos passou a buscar alternativas para minimizar o efeito da inflação, uma vez que apesar da maior parte do passivo estar atrelada ao IPCA ainda há uma significativa exposição ao IGP-M. Desta forma, ao longo dos últimos anos foram adquiridos papéis atrelados ao IGP-M, tais como, os do títulos públicos NTN-C (indexadas ao IGP-M) e títulos emitidos por bancos (Letras Financeiras), também indexados ao IGP-M. Ainda assim, a Administração da Seguradora entende que esse risco é baixo, uma vez que a estimativa de mercado para os dois índices é de que fiquem próximos. Contudo, a Administração continua monitorando e buscando alternativas para minimizar os descolamentos que possam ocorrer.

A Companhia seguiu cumprindo sua política de investimentos ao longo do exercício de 2022, apesar das oscilações do ambiente macroeconômico geradas pela COVID-19.

(c) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevada complexidade das operações realizadas nos mercados.

A Companhia continua utilizando e aperfeiçoando suas ferramentas de gerenciamento de risco para garantir o pleno conhecimento e controle do risco de mercado.

(d) Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança. O controle do risco de mercado é acompanhado mensalmente pelas áreas Atuarial e de Investimento, cujas principais atribuições são:

- Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- Avaliar e definir os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais;
- Definir a política de liquidez;
- Acompanhar os limites operacionais de descasamento de ativos e passivos;
- Elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de stress para as posições da Seguradora.

4.1.2.4 Gestão de risco de capital

(a) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno, de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 432/2021).

A Companhia continua utilizando e aperfeiçoando suas ferramentas de gerenciamento de capital para garantir a maior eficiência possível quanto ao casamento dos fluxos de ativos e passivos e, consequentemente, das exigências de capital.

(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Em 31 de dezembro de 2022, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA e do Capital Mínimo Requerido - CMR podem assim ser resumidas:

	2022	**2021**
Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d)	**1.099.438**	**766.013**
PLA de nível 1 (a)	786.953	504.498
PLA de nível 2 (b)	238.474	494.407
PLA de nível 3 (c)	102.481	87.392
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d)	(28.471)	(320.284)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA	(354.143)	345.276
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco alocado ao risco de subscrição	149.671	123.715
Capital de risco alocado ao risco de crédito	81.654	69.910
Capital de risco alocado ao risco operacional	10.012	7.920
Capital de risco alocado ao risco de mercado	525.460	440.306
Benefício da diversificação de riscos	(141.827)	(118.821)
Capital mínimo requerido (e)	624.970	523.030
Qualidade da cobertura CMR		
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a / e)	126%	96%
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c / e)	16%	17%
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 ((b + c) / e)	55%	111%
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e)	474.467	242.983
Suficiência % (Suficiência / CMR)	76%	46%

4.1.2.5 Gestão de risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação.

Pelo modelo das Três Linhas, todas as áreas da Prudential do Brasil têm responsabilidade direta pela gestão dos riscos operacionais. Isso inclui a identificação, classificação, tratamento e o monitoramento dos riscos inerentes a processos, sistemas, pessoas e eventos externos. As áreas internas também devem estabelecer e manter um sistema eficaz de controles internos relacionados a esses riscos, com objetivo de mitigá-los.

As áreas da Diretoria de Controles Internos da Prudential do Brasil atua em conjunto com as áreas internas para implementar políticas, processos e práticas de gestão de risco e *compliance*, buscando: reduzir a frequência e o impacto das perdas inesperadas; aumentar a consciência, responsabilidade e transparência na gestão dos riscos operacionais; melhorar a eficácia e eficiência dos processos e controles; reforçar a cultura de risco e controle e conformidade e, consequentemente, proteger a reputação, assim como auxiliar no crescimento sustentável da Prudential.

5 Caixa e bancos

	31 de dezembro de 2022	**31 de dezembro de 2021**
Caixa	281	153
Valores em trânsito	5.972	7.020
Contas bancárias	32.943	35.361
	39.196	**42.534**

6 Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todos os ativos financeiros da Seguradora são mantidos em reais, e a mesma não possui ativos classificados no Nível 3, conforme item (f) abaixo.

A Seguradora, como parte de sua estratégia de concentrar as aplicações em títulos de longa duração através dos fundos de investimento exclusivos, em títulos públicos. Parte destes títulos são classificados como mantidos até o vencimento, sendo, desde a data de aquisição, contabilizada pelo método do custo amortizado, conforme demonstrado no item (d).

Adicionalmente, a Seguradora investe no fundo POB IL Alternative Assets, fundo exclusivo que tem quotas de fundos de investimento e operações compromissadas.

Com o objetivo de uniformizar a classificação contábil dos ativos financeiros, em Julho de 2021 a seguradora realizou a troca de categoria dos Ativos Financeiros classificados como Mensurados ao valor Justo por meio do Resultado (exceto para o fundo POB IL Alternative Assets), para Ativos Disponíveis para venda por não haver intenção de alienação dos referidos títulos a curto prazo ou negociação de forma ativa e frequente.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cujo as oscilações dos títulos são reconhecidas atualmente no resultado financeiro (Receitas de Investimento), passaram a ter seu reconhecimento diretamente no Patrimônio Líquido, na reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados abrangentes).

(a) Composição das aplicações

		31 de dezembro de 2022					
	Vencimento	**Saldo Contábil**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Ganhos (perdas)não realizados**	**% aplicado**	**Taxa de juros contratada**
Nível 2							
Títulos disponíveis para venda		**618.335**	**637.257**	**618.335**	**(18.923)**	**5**	
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2024	26.744	27.057	26.744	(313)	0	6,7%
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	95.042	97.070	95.042	(2.028)	1	6,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2025	97.530	98.817	97.530	(1.287)	1	6,9%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2026	70.342	71.740	70.342	(1.398)	1	6,6%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2029	39.055	40.235	39.055	(1.180)	0	7,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2030	27.089	29.327	27.089	(2.238)	0	6,7%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2031	100.361	106.047	100.361	(5.686)	1	7,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2032	18.643	18.928	18.643	(285)	1	7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2033	57.362	58.750	57.362	(1.388)	0	7,5%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2034	17.497	18.345	17.497	(849)	0	6,8%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2035	32.348	33.378	32.348	(1.030)	0	7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2036	10.253	10.356	10.253	(102)	0	7,1%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2039	16.747	17.562	16.747	(815)	0	7,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2046	9.322	9.645	9.322	(324)	0	7,4%
Nível 1							
Títulos disponíveis para venda		**5.872.242**	**6.055.728**	**5.872.242**	**(183.486)**	**44**	
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2023	388.567	387.156	388.567	1.413	3	6,4%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2024	353.348	354.211	353.348	(863)	3	6,4%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2025	116.810	116.455	116.810	356	1	6,3%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2027	32.943	33.257	32.943	(314)	0	5,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2028	75.688	83.880	75.688	(8.192)	1	3,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2030	122.672	124.076	122.672	(1.405)	1	5,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2032	294.464	294.133	294.464	331	2	6,1%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2035	119.954	121.125	119.954	(1.172)	1	6,0%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2040	27.760	30.583	27.760	(2.823)	0	5,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2045	221.330	221.030	221.330	300	2	6,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2050	386.245	414.722	386.245	(28.477)	3	5,7%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2055	644.946	681.543	644.946	(36.597)	5	5,8%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2060	1.419.950	1.469.873	1.419.950	(49.922)	10	5,8%
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	2031	95.739	106.638	95.739	(10.900)	1	3,8%
XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life		867.270	885.043	867.270	(17.774)	6	
POB Individual Life III Renda Fixa FI.		704.556	732.003	704.556	(27.447)	5	
Títulos para negociação		**191.621**	**182.289**	**191.621**	**9.332**	**1**	
POB IL Alternative Assets		191.621	182.289	191.621	9.332	1	
Títulos mantidos até o vencimento		**7.564.947**	**7.564.947**	**6.577.251**	**(987.697)**	**50**	
XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life		7.127.612	7.127.612	6.255.036	(872.577)	48	
POB Individual Life III Renda Fixa FI.		437.335	437.335	322.215	(115.120)	2	
Total aplicações financeiras		**14.247.145**	**14.440.222**	**13.259.448**	**(1.180.774)**	**100**	
Circulante		**1.847.223**					
Não Circulante		**12.399.921**					

		31 de dezembro de 2021					
	Vencimento	**Saldo Contábil**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Ganhos (perdas) não realizados**	**% aplicado**	**Taxa de juros contratada**
Nível 2							
Títulos disponíveis para venda		**187.457**	**187.364**	**187.457**	**94**	**1**	
Títulos Privados - Renda Fixa - Letra Financeira	2025	86.716	86.474	86.716	242	1	6,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2024	3.114	3.134	3.114	(20)	0	6,8%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2025	13.238	13.234	13.238	5	0	6,6%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2026	27.123	27.158	27.123	(34)	0	6,4%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2029	2.441	2.435	2.441	6	0	6,7%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2030	1.877	1.882	1.877	(5)	0	6,6%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debênture	2031	52.948	53.047	52.948	(99)	0	7,0%
Nível 1							
Títulos disponíveis para venda		**3.494.340**	**3.755.709**	**3.494.340**	**(261.370)**	**32**	
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2022	89.922	91.760	89.922	(1.838)	1	2,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2023	183.492	185.312	183.492	(1.820)	2	4,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2024	154.797	155.034	154.797	(237)	1	5,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2025	39.028	38.928	39.028	100	0	5,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2026	7.997	7.972	7.997	24	0	5,2%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2028	94.307	100.749	94.307	(6.442)	1	3,9%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2035	16.686	18.668	16.686	(1.981)	0	4,0%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2040	59.736	61.740	59.736	(2.004)	1	5,1%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2050	906.322	1.031.304	906.322	(124.982)	8	4,5%
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	2055	410.061	465.068	410.061	(55.008)	4	4,6%
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	2031	51.433	56.782	51.433	(5.349)	0	3,3%
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		308.193	317.875	308.193	(9.682)	3	
XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa		150.016	165.521	150.016	(15.505)	1	
XP Renda Fixa Life IV		382.853	382.853	382.853	-	4	
POB Individual Life III Renda Fixa FI.		639.497	676.143	639.497	(36.646)	6	
Títulos para negociação		**180.382**	**184.328**	**180.382**	**(3.946)**	**2**	
POB IL Alternative Assets		180.382	184.328	180.382	(3.946)	2	
Títulos mantidos até o vencimento		**7.183.140**	**7.183.140**	**6.851.749**	**(331.391)**	**65**	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life		2.782.652	2.782.652	2.445.416	(337.236)	23	
XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa		2.888.085	2.888.085	2.819.718	(68.366)	27	
XP Renda Fixa Life IV		1.097.410	1.097.410	1.248.081	150.671	12	
POB Individual Life III Renda Fixa FI.		414.993	414.993	338.534	(76.460)	3	
Total aplicações financeiras		**11.045.319**	**11.310.541**	**10.713.928**	**(596.613)**	**100**	
Circulante		**1.230.518**					
Não circulante		**9.814.801**					

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora classifica parte de suas aplicações como "títulos disponíveis para venda", conforme demonstrado na tabela acima.

O valor de mercado dos títulos privados foi definido pelas instituições financeiras responsáveis pela administração dos respectivos ativos da carteira de investimentos da Seguradora para a referida data, baseada na metodologia de marcação a mercado determinada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento

As quotas de fundos de investimentos são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras, como informado por seus administradores (Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e XP Investimentos CCTVM S.A.) e correspondem a aplicações em fundos exclusivos. Os fundos em sua composição possuem títulos classificados como "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "disponíveis para a venda".

O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela ANBIMA na referida data e, em relação ao fundo POB IL Alternative Assets, as cotas dos fundos investidos foram fornecidas pelo administrador do fundo.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

(d) Composição da carteira dos fundos

Na data de publicação, o patrimônio líquido dos fundos de investimento de renda fixa pode assim ser resumido:

XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Operações compromissadas	770.225	222.876
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	644.907	35.276
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	6.580.371	2.832.841
Outros	(448)	(111)
Valores a pagar	(173)	(38)
	7.994.882	**3.090.844**

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo XP Fundo de Investimento Renda Fixa Life (títulos públicos federais) são os seguintes:

			31 de dezembro de 2022		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	(450)	(450)	(450)
Valores a pagar	–	–	(172)	(172)	(172)
Títulos e valores mobiliários (NTN-O)	Disponíveis para venda	2023	770.225	770.225	770.225
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	644.907	652.613	644.907
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2028	7.639	6.893	6.893
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2035	107.801	90.773	90.773
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	165.324	164.443	165.324
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	1.334.194	1.172.039	1.334.194
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	2.071.845	1.867.294	2.071.845
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	2.911.343	2.398.647	2.911.343
			8.012.656	**7.122.305**	**7.994.882**

			31 de dezembro de 2021		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	(111)	(111)	(111)
Valores a pagar	–	–	(38)	(38)	(38)
Operações compromissadas (LFT-O)	Disponíveis para venda	2022	222.876	222.876	222.876
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	35.276	36.989	35.276
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2035	95.148	85.466	85.466
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	531.647	503.275	531.647
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	501.665	424.292	501.665
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	1.714.063	1.480.859	1.714.063
			3.100.526	**2.753.608**	**3.090.844**

XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa (*)

	2022	2021
Títulos e valores mobiliários (LFT)	–	3.043
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	–	591.010
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	–	2.444.047
Outros	–	18
Valores a pagar	–	(17)
	–	**3.038.101**

(*) Fundo incorporado durante o exercício de 2022 nos demais fundos da carteira.

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo XP Fundo de Investimento Gold Renda Fixa (títulos públicos federais) são os seguintes:

			2021		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	18	18	18
Valores a pagar	–	–	(17)	(17)	(17)
Títulos e valores mobiliários (LFT)	Disponíveis para venda	2022	3.044	3.043	3.043
Títulos e valores mobiliários (NTN-C)	Mantidos até o Vencimento	2031	591.010	628.786	591.010
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2026	5.613	5.322	5.322
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2028	19.805	18.539	18.539
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2035	137.058	123.111	123.111
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	65.476	69.912	65.476
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	498.698	463.768	498.698
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	1.087.581	1.096.773	1.087.581
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	645.320	560.480	645.320
			3.053.606	**2.969.736**	**3.038.101**

POB IL Alternative Assets

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Operações compromissadas	16.564	428
Quotas de fundos de investimentos	175.101	180.007
Outros	(8)	–
Valores a pagar	(36)	(53)
	191.621	**180.382**

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB IL Alternative Assets são os seguintes:

			31 de dezembro de 2022		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Valores a pagar	–	–	(8)	(8)	(8)
Outros	–	–	(36)	(36)	(36)
Operações compromissadas (NTN-O)	Valor justo por meio do resultado	2023	16.564	16.564	16.564
AZ QUEST LUCE FUNDO INVESTIMEN	Valor justo por meio do resultado	–	12.485	15.086	15.086
ICATU IPC RENDA FIXA	Valor justo por meio do resultado	–	5.818	6.094	6.094
ICATU VAN INFL CURTA FI	Valor justo por meio do resultado	–	20.902	22.018	22.018
AUGME INST FIRF CP	Valor justo por meio do resultado	–	8.000	9.170	9.170
SPARTA TOP RENDA FIXA FI COTAS	Valor justo por meio do resultado	–	16.300	20.379	20.379
SPX APACHE FUNDO	Valor justo por meio do resultado	–	16.118	16.359	16.359
OCEANA SELECTION 30 FIC FIA	Valor justo por meio do resultado	–	16.758	14.787	14.787
ARX DENALI PREVIDENCIA FUNDO D	Valor justo por meio do resultado	–	18.700	23.449	23.449
GAP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL	Valor justo por meio do resultado	–	13.519	12.431	12.431
RPS FIC FIA SELECTIO	Valor justo por meio do resultado	–	6.000	5.911	5.911
CONSTELLATION INSTITUCIONAL AD	Valor justo por meio do resultado	–	17.100	14.099	14.099
TRUXT I VALOR INSTITUCIONAL FU	Valor justo por meio do resultado	–	14.070	15.318	15.318
			182.290	**191.621**	**191.621**

Conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021, os títulos classificados na categoria "valor justo por meio do resultado" são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento dos títulos.

(e) Movimentação das aplicações financeiras

Saldo em 1º de janeiro de 2021	**8.208.509**
Aplicações	3.048.172
Resgates	(1.242.977)
Rendimentos	1.298.310
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	(266.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**11.045.319**
Aplicações	7.922.113
Resgates	(5.752.110)
Rendimentos	972.956
Ajuste ao valor de mercado	58.867
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**14.247.145**

(f) Estimativa do valor justo

Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimentos exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), com exceção dos títulos classificados como "mantidos até o vencimento" que são registrados contabilmente pelo método do custo amortizado. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de valor justo, que são: Nível 1- preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos, Nível 2 - outras informações disponíveis (exceto aquelas do Nível 1), incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para instrumentos similares, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser derivadas de informações observadas no mercado e Nível 3 - obtido por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Classificam-se como Nível 1:

Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários indicativos de mercado secundário da ANBIMA.

Títulos de renda variável e ações de Companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e Letra Financeira (LF) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito.

Debêntures - calculadas com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado.

Fundos de investimentos - calculados de acordo com os critérios de classificação contábil, estabelecidos junto ao administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

A Seguradora tem como política operar somente em instrumentos financeiros classificados no Nível 1 ou 2.

	Nível	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ao valor justo por meio de resultado		**191.621**	**180.382**
Fundos exclusivos			
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1	16.564	428
Quotas de Fundo de Investimentos	2	175.057	179.954
Títulos Disponíveis para Venda		**6.490.577**	**3.681.796**
Carteira Própria			
Títulos Privados de Renda Fixa	2	618.335	187.458
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C	1	95.739	51.433
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	1	4.204.677	1.962.346
Fundos exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	3.044
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C	1	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B	1	483.721	789.802
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1	1.088.105	687.713
Total de carteira própria (II)		**4.918.752**	**2.201.237**
Total fundos exclusivos (I)		**1.763.446**	**1.660.941**
Total dos ativos financeiros (I+II)		**6.682.198**	**3.862.178**

(g) *Impairment* dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados com base no descrito na Nota 2.5(c) e na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros para os quais fosse necessário reconhecer perdas por *impairment*.

			31 de dezembro de 2021		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Valores a pagar	–	–	(53)	(53)	(53)
Operações compromissadas (LTN-O)	Valor justo por meio do resultado	2022	428	428	428
AZ QUEST LUCE FUNDO INVESTIMEN	Valor justo por meio do resultado	–	12.485	13.287	13.287
ICATU IPC RENDA FIXA	Valor justo por meio do resultado	–	23.800	23.325	23.325
ICATU VAN INFL CURTA FI	Valor justo por meio do resultado	–	9.000	9.112	9.112
AUGME INST FIRF CP	Valor justo por meio do resultado	–	3.000	3.040	3.040
SPARTA TOP RENDA FIXA FI COTAS	Valor justo por meio do resultado	–	16.300	17.893	17.893
SPX APACHE FUNDO	Valor justo por meio do resultado	–	16.118	15.642	15.642
OCEANA SELECTION 30 FIC FIA	Valor justo por meio do resultado	–	26.000	21.803	21.803
ARX DENALI PREVIDENCIA FUNDO D	Valor justo por meio do resultado	–	18.700	20.470	20.470
GAP EQUITY VALUE INSTITUCIONAL	Valor justo por meio do resultado	–	19.000	16.302	16.302
CONSTELLATION INSTITUCIONAL AD	Valor justo por meio do resultado	–	17.100	16.513	16.513
TRUXT I VALOR INSTITUCIONAL FU	Valor justo por meio do resultado	–	22.450	22.620	22.620
			184.328	**180.382**	**180.382**

POB Individual Life III Renda Fixa FI

	31 de dezembro 2022	31 de dezembro 2021
Operações compromissadas	318.743	82.128
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	823.390	972.358
Outros	(171)	13
Valores a pagar	(71)	(9)
	1.141.891	**1.054.490**

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo POB Individual Life III Renda Fixa FI são os seguintes:

			31 de dezembro de 2022		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	(171)	(171)	(171)
Valores a pagar	–	–	(71)	(71)	(71)
Operações compromissadas (NTN-O)	Disponíveis para venda	2023	318.743	318.743	318.743
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2024	40.728	40.522	40.522
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2026	78.272	72.457	72.457
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2028	4.872	4.396	4.396
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2035	139.242	124.932	124.932
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2045	66.538	63.913	63.913
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	57.636	45.428	57.636
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	379.700	276.787	379.700
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2060	83.849	79.835	79.834
			1.169.338	**1.026.771**	**1.141.891**

			31 de dezembro de 2021		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	13	13	13
Valores a pagar	–	–	(9)	(9)	(9)
Operações compromissadas (LTN-O)	Disponíveis para venda	2022	82.128	82.128	82.128
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2022	135.703	132.624	132.624
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2026	173.738	164.732	164.732
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2028	116.249	108.816	108.816
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Disponíveis para venda	2035	168.321	151.193	151.193
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	54.678	47.421	54.678
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	360.316	291.113	360.315
			1.091.137	**978.031**	**1.054.490**

XP Renda Fixa Life IV (*)

	2022	2021
Operações compromissadas	–	382.999
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	–	–
Outros	–	(123)
Valores a pagar	–	(23)
	–	**1.480.264**

(*) Fundo incorporado durante o exercício de 2022 nos demais fundos da carteira.

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo XP Renda Fixa Life IV são os seguintes:

			2021		
Títulos	**Classificação**	**Vencimentos**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**	**Saldo contábil**
Outros	–	–	(123)	(123)	(123)
Valores a pagar	–	–	(23)	(23)	(23)
Operações compromissadas (LFT-O)	Disponíveis para venda	2022	382.999	382.999	382.999
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2040	90.768	98.841	90.768
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2045	234.268	239.655	234.268
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2050	372.674	428.127	372.674
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	Mantidos até o Vencimento	2055	399.700	481.459	399.700
			1.480.264	**1.630.934**	**1.480.264**

7 Prêmios a receber

O montante de prêmios a receber em 31 de dezembro de 2022 foram registrado no ativo circulante na rubrica "Prêmios a receber", líquido de IOF.

Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios retroativos foi constituída uma provisão para redução ao valor estimada com base no histórico de recebimento observado em situações de prêmios pendentes superior a 60 dias

(a) Faixas de vencimento e redução ao valor recuperável

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prêmios a vencer		
De 1 a 60 dias	364.883	293.652
Prêmios vencidos		
De 1 a 60 dias	57.745	43.265
De 61 a 120 dias	1.863	2.522
Total de prêmios vencidos	59.608	45.787
Total de prêmios a receber antes da provisão	**424.491**	**339.439**
Redução ao valor recuperável	(3.968)	(3.612)
Total de prêmios a receber após a provisão	**420.523**	**335.827**

(b) Movimentação de prêmios a receber

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prêmios pendentes no período anterior	**335.827**	**288.312**
Prêmios emitidos	5.078.133	3.965.488
Adicional de fracionamento	(4.422)	(1.020)
IOF	617	472
Cancelamentos	(869.879)	(488.811)
Restituições	(19.527)	(12.727)
Recebimentos	(4.099.870)	(3.414.292)
Redução ao valor recuperável	(356)	(1.595)
Total de prêmios a receber após a provisão	**420.523**	**335.827**

(c) Movimentação da provisão

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no período anterior	**(3.612)**	**(2.017)**
Constituição	(38.951)	(26.948)
Reversão	38.595	25.353
Saldo no período atual	**(3.968)**	**(3.612)**

(d) Período médio de parcelamento

A carteira de vida possui diversos períodos de vigência para seus riscos, sendo os pagamentos realizados em quase sua totalidade de forma mensal.

8 Ativos de resseguro

Os contratos de resseguro vigentes, na modalidade excedente de responsabilidade ou quota-parte e base risk attaching, englobam toda a carteira da Seguradora, que é composta pelos seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente, diária de internação hospitalar, perda de autonomia pessoal e invalidez por doença. As cláusulas dos referidos contratos estabelecem regras nas quais as resseguradoras acompanham a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential. Vale mencionar que, em caso de eventos catastróficos, a Seguradora mantém um contrato de resseguro específico.

	Ativos de contratos de resseguros	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	942	426
Provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC)	5.294	4.142
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	12.608	9.334
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	(28.168)	(2.255)
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	93.773	11.143
	84.449	**22.790**

(a) Percentual do ressegurador

Em linha com os contratos de excedente de responsabilidade atual, os percentuais de capitais e vidas resseguradas estão de acordo com as tabelas abaixo. A cobertura de doenças graves, diária de internação hospitalar e perda de autonomia pessoal são resseguradas na modalidade de quota-parte.

	Percentual do capital resseguado	
Ramo	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Vida	9,46	7,95
Dotal misto	3,28	3,42
Invalidez por acidente	9,31	7,55
Invalidez por acidente (parcial)	5,59	3,94
Invalidez por doença	26,09	19,30
Morte acidental	5,14	3,94
Doenças graves	28,49	28,27
Diária de internação hospitalar	20,28	20,00
Perda de autonomia pessoal	40,49	40,00

	Percentual de vidas resseguradas	
Ramo	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Vida	6,23	4,86
Dotal misto	8,57	2,55
Invalidez por acidente	6,19	4,84
Invalidez por acidente (parcial)	5,41	3,20
Morte acidental	5,60	4,32
Doenças graves	100	100
Diária de internação hospitalar	100	100
Perda de autonomia pessoal	100	100
Invadeliz por Doença	37,38	26,46

(b) Discriminação dos resseguradores

A Seguradora realiza negócios com a resseguradora local Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. (MRB), desde novembro de 2008, e com a resseguradora local IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB), desde fevereiro de 2012.

Na tabela abaixo, segue a relação dos resseguradores por *rating* de risco de crédito:

Resseguradora	Agência classificadora	Rating
Munich Re do Brasil ResSeguradora	Moody's	Aa3
IRB Brasil Resseguros	A.M.Best	A-
Swiss Re Brasil Resseguros	Moody's	Aa3

(c) Redução ao valor recuperável

A provisão para redução ao valor recuperável será constituída se houver evidências objetivas e confiáveis aplicáveis aos casos em que ocorrer algum evento que justifique o não pagamento, por parte dos resseguradores, após o reconhecimento inicial do ativo com base nos termos dos contratos.

Considerando que as atuais resseguradoras contratadas são resseguradoras locais, que, com base na legislação da SUSEP, possuem fator de risco mínimo e cuja classificação, emitida pelas agências classificadoras as enquadram como algumas das melhores resseguradoras, e que a Seguradora possui estudo técnico que demonstra que, independentemente do prazo decorrido do registro de seus créditos de resseguro, todos os sinistros foram recuperados pela Seguradora, conclui-se que não há evidência para registro de redução ao valor recuperável.

9 Custos de aquisição diferidos

(a) Discriminação dos custos de aquisição

Os valores de comissão, que estão diretamente relacionados com a emissão de novos contratos, são diferidos e, consequentemente, reconhecidos como ativos.

Atualmente, o método adotado pela Seguradora, para o citado diferimento, é linear por um prazo de 36 meses.

(b) Movimentação das despesas de comercialização diferidas

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no período anterior	**491.724**	**523.750**
Comissão	342.481	329.940
Amortização	(338.246)	(361.966)
Saldo no período atual	**495.959**	**491.724**
Ativo circulante	**277.094**	**278.043**
Ativo não circulante	**218.865**	**213.681**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

10 Créditos tributários e previdenciários
(a) Circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda	78.405	34.836
Crédito de contribuição social		
Contribuição social - Antecipação	47.138	21.092
Contribuição social a compensar	1.902	1.793
Ajustes temporais		
COFINS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	3.187	1.766
PIS diferido sobre provisão de sinistros a liquidar	518	287
Outros créditos tributários e previdenciários	25	28
	131.175	**59.802**

(b) Não circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda		
Imposto de renda a compensar (i)	1.541	1.541
Imposto de renda diferido (Nota 20(b))	505.573	506.835
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	61.774	77.008
Outros	303	303
	569.191	**585.687**
Crédito de contribuição social e outros créditos		
Contribuição social diferida (Nota 20(b))	303.303	304.061
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	38.032	47.171
	341.335	**351.232**
	910.526	**936.919**

Refere-se à antecipação de IRPJ considerando as regras tributárias vigentes até o advento da Lei nº 9.316 de 22 de novembro de 1996, as quais permitiam a dedutibilidade da despesa de CSLL na base de cálculo do IRPJ. Tais valores estão sendo questionados judicialmente (vide Nota 19(a)).

11 Títulos e créditos a receber
(a) Circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Adiantamentos a funcionários / administrativos	15.199	15.481
Aumento de capital a integralizar (23(a))	–	275.000
Contas a receber com Prudential Vida em Grupo S.A.	206	183
Outros créditos a receber	5.271	2.658
	20.676	**293.322**

(b) Não circulante

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de Renda – Dotal(*)	10.880	19.421
IRB provisões técnicas	66	66
Assistência Financeira a participantes(**)	134.382	132.357
	145.328	**151.844**

(*) Imposto de renda retido dos segurados que contrataram as apólices do produto Dotal no período de 27 de abril de 2001 a 14 de julho de 2003.
(**) Essa modalidade de crédito é concedida pela Prudential do Brasil aos seus segurados, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06 e alterações posteriores, conforme Condições Gerais ou Regulamento dos produtos Vida Inteira, Vida Inteira Modificado, Dotal Misto e Dotal Criança, limitada ao valor da provisão matemática individual de cada participante atualizado pelo IGP-M/Selic.

12 Depósitos judiciais e fiscais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Sinistros	63.484	20.402
Tributos		
Imposto de renda	2.151	2.151
Contribuição social	25.075	23.856
PIS	61.895	46.824
COFINS	306.071	217.718
Outros tributos	329	-
Encargos sociais	11	11
Trabalhistas	48.512	48.166
Cíveis e administrativos	15.012	14.762
	522.540	**373.890**

13 Investimentos
(a) Participação societária
A Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., adquirida pela Seguradora da Itaú Seguros em abril de 2017, é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela SUSEP a operar seguros de danos materiais e pessoais em todo o território nacional. Foi constituída para receber os ativos líquidos dos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais, viagem e educacional corporativos, com processo de subscrição, aceitação de risco e precificação individualizada por apólice, cindidos da Itaú Seguros. A Controlada opera seguros de vida em grupo. A aquisição da Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. gerou um ágio de R$4.663, já computado no saldo do investimento, abaixo.
A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.	PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
Informações sobre a participação societária		
Ações/quotas do capital social em circulação (em milhares)	439.253	311.047
Participação da Sociedade no capital social (%)	100%	100%
Tipos de relação	**Controlada**	**Controlada**
Patrimônio líquido	**238.054**	**160.586**
Capital social	328.332	328.332
Prejuízos Acumulados	(66.351)	(148.921)
Ajustes de avaliação patrimonial	(23.927)	(18.825)
Movimentação dos investimentos		
Saldo inicial - Investimentos	160.585	234.910
Saldo inicial - Ágio por expectativa de rentabilidade futura *("goodwill")*	4.663	4.663
Aumento de capital	–	125.000
Dividendos - reversão do exercício anterior	–	5.455
Dividendos constituídos no exercício	–	–
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.102)	(18.825)
Equivalência patrimonial	82.571	(185.955)
Saldo final	**242.717**	**165.248**
Saldo final - Investimentos	**238.054**	**160.585**
Saldo final - Ágio por expectativa de rentabilidade futura*("goodwill")*	**4.663**	**4.663**

14. Arrendamentos
Abaixo demonstramos os saldos em 31 de dezembro de 2022 referente os arrendamentos da Companhia de acordo com CPC 06 (R2) mencionado na nota 2.2.
(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial
O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Ativos de direito de uso	**51.009**	**37.329**
Edificações	51.009	37.329
Passivos de arrendamentos	**58.080**	**42.579**
Circulante	10.287	14.369
Não circulante	47.793	28.210

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado
A demonstração do resultado inclue os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação) Edificações	(15.525)	(17.892)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras) (25(h))	(4.004)	(4.297)

(iii) Pagamentos dos passivos de arrendamento e provisão para pagamentos futuros

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Pagamento sobre os passivos de arrendamento	17.707	16.940

Aging	Valor
2023	10.287
2024	10.648
2025	7.507
2026	7.507
A partir de 2027	22.131
	58.080

15. Imobilizado
(a) Saldo contábil

	Taxa anual de depreciação - %	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Terreno		2.200	2.200
Imóveis - Edificações	2	9.061	9.061
Equipamentos	10	158.224	83.753
Móveis, máquinas e utensílios	10	14.003	9.474
Veículos	20	6.729	6.671
Outras imobilizações (*)	10 e 4	66.472	45.919
		256.689	**157.078**
Depreciação acumulada		(124.844)	(109.184)
		131.845	**47.894**

(*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.
(b) Movimentação dos ativos

	Terrenos e edificações	Móveis, utensílios e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Em 2021						
Saldo inicial	**9.139**	**25.143**	**3.623**	**9.982**	**–**	**47.887**
Aquisições	–	6.996	2.568	5.144		14.708
Alienações e baixas - Custo	–	(229)	(1.325)	(18)	–	(1.572)
Alienações e baixas - Depreciação	–	185	906	18	–	1.109
Depreciação	(202)	(8.380)	(1.107)	(4.549)	–	(14.238)
Saldo contábil, líquido	**8.937**	**23.715**	**4.665**	**10.577**	**–**	**47.894**
Em 2022						
Saldo inicial	**8.937**	**23.715**	**4.665**	**10.577**	**–**	**47.894**
Aquisições (*)	–	79.009	1.452	22.705	–	103.161
Alienações e baixas	–	(4)	(514)	(1.082)	–	(1.600)
Depreciação	(201)	(13.241)	(1.332)	(2.836)	–	(17.610)
Saldo contábil, líquido	**8.736**	**89.474**	**4.271**	**29.364**	**–**	**131.845**

(*) Abaixo demonstramos as adições relevantes apontadas na movimentação:
• Hardware e Software: Houve em 2022 a aquisição e instalação dos novos equipamentos e softwares com objetivo de integrar a rede internacional. Trata-se de um projeto que envolve aquisições e renovações de toda Infraestrutura da Prudential do Brasil, não somente com o objetivo de atualizar toda infraestrutura, mas também de alinhar com o movimento, já realizado por outros países.
• Benfeitorias: a Prudential, em seu projeto de expansão comercial, com objetivo de aumentar presença em mais cidades brasileiras, criou novos pontos de apoio em Brasília, Fortaleza e Recife. Iniciou também um processo de modernização e mudanças de endereços, necessitando assim de novas benfeitorias em imóveis de terceiros, nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte, Nova Lima, Porto Alegre e Curitiba.

16. Obrigações a pagar
O saldo de obrigações e outras contas a pagar é composto por:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Fornecedores	69.074	55.206
Franquia a pagar	520	625
Provisão para participação nos lucros	39.590	32.722
Aluguéis a pagar	305	26
Outras obrigações a pagar	29.917	19.180
Taxa administração da carteira	217	70
Provisões de serviços prestados a pagar	13.217	8.498
Contas a pagar Intercompanhias (i)	37.340	32.408
	190.180	**148.735**
Circulante	**189.685**	**148.265**
Não Circulante	**495**	**470**

Refere-se a despesas a serem pagas à matriz da Companhia (PII - Prudential International Insurance Service Company, LLC.), principalmente em relação a gastos com TI.

17. Impostos e contribuições

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Imposto de Renda	132.296	89.527
Contribuição Social	76.124	55.742
COFINS	7.832	1.125
PIS	1.273	183
Imposto sobre serviço a recolher	–	19
	217.525	**146.596**

18. Depósito de terceiros
(a) Saldo contábil

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Prêmios antecipados	4.717	2.873
Prêmios e emolumentos recebidos	3.377	5.226
Outros depósitos	114	173
	8.208	**8.272**

(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados e prêmios e emolumentos recebidos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
de 1 a 30 dias	3.955	5.292
de 31 a 60 dias	2.794	717
de 61 a 120 dias	474	372
de 121 a 180 dias	171	95
de 181 a 365 dias	348	552
Superior a 365 dias	466	1.244
	8.208	**8.272**

19. Outros débitos
Os processos com expectativa de perda provável decorrentes de litígios judiciais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizados com juros de 1% ao mês e correção monetária definido pelo tribunal. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda, conforme prognóstico dos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) entre outros critérios, para fins de sua classificação, sendo objeto de revisão periódica.

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Fiscais (Nota 19(b))	360.272	291.515
Trabalhistas (Nota 19 (c))	1.081.171	1.108.232
Cíveis (Nota 19 (c))	6.343	4.759
Outras Provisões (*)	510.958	571.788
	1.958.744	**1.976.294**

(*) Em linha com o disposto no CPC 25/ IAS 37, os eventos passados com expectativas de desembolsos mais que prováveis no futuro e que possam ser estimados de forma confiável, devem ser objeto de provisão. Assim, os montantes contabilizados consistem na melhor estimativa da administração quanto à expectativa de desfecho de discussões não judiciais envolvendo reclamações de desembolsos mais que prováveis de acontecerem, relacionadas à comercialização de apólices de vida individual, calculados considerando os dados históricos de desembolsos de discussões dessa natureza, não vinculados a provisões técnicas. As premissas utilizadas para o cálculo da provisão não foram divulgadas em sua totalidade, pois tratam-se de informações sensíveis e estratégicas, além de exporem informações e dados protegidos.
(a) Movimentação das Provisões Judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras Provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**407.411**	**897.503**	**1.465**	**766.262**	**2.072.641**
Constituições/ Reversões	(124.867)	355.592	1.946	(193.616)	39.055
Pagamento	–	(144.863)	–	(914)	(145.777)
Atualização	8.972	–	1.348	55	10.375
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**291.515**	**1.108.232**	**4.759**	**571.788**	**1.976.294**
Constituições/ Reversões	36.479	113.117	1.061	(60.830)	89.827
Pagamento	–	(140.131)	–	–	(140.131)
Atualização	32.278	(47)	523	–	32.754
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**360.272**	**1.081.171**	**6.343**	**510.958**	**1.958.744**

(b) Processos fiscais
As principais ações fiscais referentes a obrigações legais podem ser assim resumidas:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
IRPJ	1.765	1.702
CSLL	15.225	14.842
PIS	56.669	47.033
COFINS	278.491	223.273
Outras	8.122	4.665
	360.272	**291.515**

As ações fiscais são provisionadas, independentemente da classificação de probabilidade de perda, pois tratam-se de obrigações legais.
As principais ações movidas pela Seguradora são:
• CSLL - questionamentos quanto:
• ao recolhimento das alíquotas de 10%, 9% e 8%, em vez de 30%, 15% e 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional nº 1/94 e pela Lei nº 9.316/96;
• PIS - questionamentos quanto:
• ao reconhecimento do direito líquido e certo da Impetrante não ser compelida ao recolhimento do PIS com base no art.3º, §1º, Lei nº 9.718/98, tendo em vista a inconstitucionalidade deste artigo;
• à incidência do PIS sobre receitas financeiras dos ativos garantidores - Lei nº 12.973/14;
• COFINS - incidência da COFINS sobre receitas financeiras - Lei nº 12.973/14;
(c) Processos trabalhistas e cíveis
A Seguradora é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, ex-colaboradores terceirizados e ex-franqueados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração e equiparação salarial e vínculo, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária. Não é possível divulgar as principais premissas adotadas, nem estimar com precisão o cronograma de conclusão dessas ações judiciais devido a fatores externos e por tratar-se de informações sensíveis e estratégicas que podem prejudicar a posição da Seguradora na disputa com outras partes. Em 31 de dezembro de 2022, os processos trabalhistas totalizam um montante de R$ 1.081.171 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.108.232). Os referidos processos e critérios de definição de risco são objeto de revisão periodica por colaboradores da Seguradora e consultores externos, podendo sofrer variações a depender da evolução do histórico do portfólio e sucesso da estratégia de gestão do contencioso.
A Seguradora é parte em processos cíveis, movidos majoritariamente por segurados, principalmente em decorrência de litígios relacionados a sinistros e questões envolvendo a comercialização do seguro. Em 31 de dezembro de 2022, os processos cíveis totalizam um montante de R$5.822 (31 de dezembro de 2021 - R$4.759).
As ações cíveis enquadradas como perdas possíveis totalizam o valor de R$ 350.046 em 31 de dezembro de 2022 (2021 - R$ 359.577).

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Resultado antes dos tributos e participações	422.962	(43.394)	422.962	(43.394)
Adições				
(+) Provisão trabalhista e cível	1.584	214.024	1.584	214.024
(+) Outras provisões judiciais	83.653	78.944	83.653	78.944
(+) Atualização dos processos	36.033	10.815	36.033	10.815
(+) Provisões administrativas	28.740	55.510	28.740	53.731
(+) Leasing	19.529	22.189	19.529	22.189
(+) Despesas indedutíveis	7.284	409	7.284	409
(+) Equivalência patrimonial	20.314	185.955	20.314	185.955
(+) Contas a pagar à Controladora	4.933	70.757	4.933	70.757
(+) Provisão de ajuste de preço	–	–	–	–
(+) Outras provisões	–	–	–	–
Exclusões				
(-) Participações nos lucros	(32.591)	(27.402)	(32.591)	(27.402)
(-) Reversão de provisões trabalhistas	(27.061)	–	(27.061)	
(-) Reversão de provisões administrativas	(71.919)	(305.161)	(72.573)	(305.720)
(-) Leasing	(17.707)	–	(17.707)	
(-) Outras provisões judiciais	(35.852)	(28.947)	(35.852)	(28.947)
(-) Equivalência patrimonial	(102.884)	–	(102.884)	–
(-) Contas a pagar à Controladora	–	(72.745)	–	(72.745)
(-) Outros	–	(96)	–	–
Base de cálculo	339.283	160.859	336.271	158.617
PAT	(13.571)	–	–	–
Base de Cálculo – Após PAT	325.712	–	336.271	–
Alíquota (i)	25%	25%	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social	(81.404)	(40.215)	(50.441)	(31.723)
Adicional 1% CSLL - Agosto a Dezembro			(402)	–
PAT	–	550	–	–
Outros	2.000	(811)	–	(487)
Licença maternidade	229	272	–	–
IRPJ e CSLL correntes	**(79.175)**	**(40.204)**	**(50.843)**	**(32.210)**
Adições/exclusões temporárias	5.051	(22.477)	5.051	(22.495)
Base de cálculo diferido	(5.051)	22.477	(5.051)	22.495
Alíquota (i)	25%	25%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social	(1.263)	**5.619**	**(695)**	3.374
IRPJ e CSLL diferidos	**(1.263)**	**5.619**	**(695)**	**3.374**
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(80.438)**	**(34.585)**	**(51.538)**	**(28.836)**

(i) Conforme Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022 foi alterada a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 16%, até 31 de dezembro de 2022, no caso de pessoas jurídicas de seguros privados.
(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Composição do Ativo Diferido	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Créditos Tributários Imposto de Renda sobre Diferenças Temporárias - (i)		
Provisões para obrigações legais, para perdas e ações fiscais	77.989	68.028
Provisões para contingências cíveis,trabalhistas e outras	388.275	409.906
Provisão - outras	30.140	21.317
Provisões sobre Aplicações classificadas como disponíveis para venda não realizadas	61.774	77.008
Benefício a Empregados	9.170	7.584
Total dos Créditos Tributários - Imposto de Renda	**567.348**	**583.843**
Créditos Tributários Contribuição Social sobre Diferenças Temporárias - (i)		
Provisões para obrigações legais, para perdas e ações fiscais	46.778	40.802
Provisões para contingências cíveis, trabalhistas e outras	232.965	245.944
Provisão - outras	18.058	12.764
Provisões sobre Aplicações classificadas como disponíveis para venda não realizadas	38.032	47.171
Benefício a Empregados	5.502	4.550
Total dos Créditos Tributários - Contribuição Social	**341.335**	**351.231**
Total dos Créditos Tributários	**908.683**	**935.074**

(i) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A Administração, com base no estudo de projeções futuras de resultados tributários e, entre outros fatores, estima a capacidade de realização dos créditos tributários constituídos principalmente sobre:
• Provisão para obrigações legais: efetuada sobre processos que envolvem, principalmente, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação.
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
• Provisão para processos judiciais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões trabalhistas cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.
• Provisão para contratos comerciais de corretagem.
(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022	2021
Imposto de renda diferido		
Saldo inicial	583.843	512.006
Constituições	–	71.837
Reversões	(16.495)	–
Saldo final	567.348	583.843
Contribuição social diferida		
Saldo inicial	351.231	308.127
Constituições	–	43.104
Reversões	(9.896)	–
Saldo final	341.335	351.231
Total	908.683	935.074

(c) Expectativa de realização
Os créditos tributários diferidos são decorrentes principalmente de diferenças temporárias. A Companhia realizará tais créditos tributários à medida em que as diferenças temporárias vão sendo realizadas e, conforme projeções de resultados, a Administração estima que os lucros tributários produzidos pela Companhia absorverão tais diferenças. As premissas permanecem inalteradas e serão reavaliadas no levantamento das demonstrações financeiras anuais.

Ano	Valor
2023	121.472
2024	123.367
2025	123.367
2026	123.367
2027	123.367
2028	83.766
2029	52.494
2030	52.494
2031	52.494
2032	52.495
	908.683

21. Provisões técnicas
(a) Composição

	Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	
	2022	2021
Provisão Matemática de Benefícios a conceder	11.391.293	9.034.323
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos	1.906	1.608
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	60.140	63.768
IBNER	(30.515)	(15.865)
Provisão de Sinistros a Liquidar	217.598	81.469
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar	180.723	152.328
Provisão de Prêmios Não Ganhos	17.886	15.674
Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos	1.712	1.504
Provisão de Despesas Relacionadas	27.562	14.192
Provisão de Excedente Financeiro	26.811	25.588
Total	**11.895.116**	**9.374.589**
Circulante	**454.756**	**307.288**
Não Circulante	**11.440.360**	**9.067.301**

(b) Sinistros judiciais: Os sinistros judiciais apresentam o seguinte cenário:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor em risco**	**Valor provisionado**	**Quantidade**	**Valor em risco**	**Valor provisionado**
Provável	105	71.414	71.414	68	25.448	23.070
Possível	4	2.145	–	99	29.373	–
Remoto	119	50.742	–	292	22.454	–
	228	**124.301**	**71.414**	**459**	**77.275**	**23.070**

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

continua

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

(c) Movimentação das Provisões Técnicas	Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	Demais Provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**6.657.810**	**265.272**
Entradas	222.866	–
Saídas	(597.343)	–
Juros	269.358	–
Inflação	919.713	–
Risco	1.560.384	–
Demais movimentos	1.535	74.994
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**9.034.323**	**340.266**
Entradas	262.196	–
Saídas	(900.653)	–
Juros	349.138	–
Inflação	691.550	–
Risco	1.953.904	–
Demais movimentos	835	164.498
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.391.293**	**504.764**

22. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões referentes às coberturas de vida individual e vida com cláusula de sobrevivência, que até 2012 era contabilizada como provisão de benefícios a regularizar. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos.

Sinistros	2018	2019	2020	2021	2022
Provisões para sinistros no fim do período anterior	22.393	35.078	42.993	58.125	81.469
Antiga Provisão de Benefícios a Regularizar	10.578	20.439	18.477	27.318	40.632
Provisão de Sinistro a Liquidar	11.815	14.639	24.516	30.807	40.837
Sinistros	144.104	202.181	244.961	401.761	326.533
Exercício atual	144.941	165.178	210.163	339.455	294.868
Exercícios anteriores	(837)	37.003	34.798	62.306	31.665
Pagamentos	(131.419)	(194.266)	(229.829)	(378.417)	(190.404)
Exercício atual	(125.800)	(135.222)	(179.607)	(296.522)	(158.931)
Exercícios anteriores	(5.619)	(59.044)	(50.222)	(81.895)	(31.473)
Provisões para sinistros no fim do período	35.078	42.993	58.125	81.469	217.598
Exercício atual	19.141	29.956	30.525	42.934	151.302
Exercícios anteriores	15.937	13.037	27.600	38.535	66.296
Resseguro	(4.223)	(5.683)	(5.433)	(11.142)	(93.773)
Provisões líquidas de resseguro	30.855	37.310	52.692	70.327	123.825

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 28 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R$99.620 no capital social da empresa, cuja integralização ocorreu em 28 de junho de 2021, mediante a emissão de 171 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R$ 822.488 no capital social da Seguradora, mediante a emissão de 1.593 novas ações ordinárias integralmente subscritas, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 66,56% das ações subscritas integralizadas e 33,44% das ações integralizadas no dia 15 de dezembro de 2022. O referido ato societário foi homologado em 13 de abril de 2022 pela SUSEP.

Em 30 de junho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária da Prudential, foi aprovado o aumento de R$500.000 no capital social da empresa, cuja integralização ocorreu na mesma data, mediante a emissão de 930 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, perfazendo um total de 5.390 ações, sendo 1 ação ordinária do James Wayne Weakly, 01 ação ordinária do David Legher Aguilar, 01 ação ordinária do Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo e 5.387 ações ordinárias da Pruserviços.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente integralizado, da Prudential é de R$ 3.118.943 (31 de dezembro de 2021 – R$ 2.618.943) e dividido em 5.390 (31 de dezembro de 2021 – 4.460) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de capital

A reserva de capital está constituída por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/2007.

(c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Seguradora, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva estatutária conforme previsto no Estatuto Social da Seguradora.

(d) Dividendos mínimos

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos de 25%, contudo, a distribuição do lucro do exercício de 2022 em reunião dos sócios acionistas ao longo do ano de 2023.

(e) Resultado por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período.

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	251.385	(134.217)
Denominador		
Média ponderada de número de ações em circulação	3.927	2.573
Lucro (prejuízo) por ação - R$	**64.015**	**(52.164)**

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41/IAS 33. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico demonstrado acima.

24. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, índices de sinistralidade, custos de aquisição e índices de comissionamento estão assim demonstrados:

			31 de dezembro de 2022		
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição	Comissionamento
Vida - Pessoas Coletivo	86	–	0%	–	0%
Vida e Acidentes pessoais	547.212	(227.828)	42%	(566.346)	103%
Funeral	34.841	(958)	3%	(8.260)	24%
Acidentes pessoais	154.480	(43.289)	28%	(34.481)	22%
Doenças Graves ou Doença Terminal	326.437	(180.830)	55%	(42.296)	13%
Eventos Aleatórios	113.218	(12.927)	11%	(27.552)	24%
Outros	–	2	0%	–	0%
	1.176.274	**(465.834)**		**(678.935)**	

			31 de dezembro de 2021		
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade	Custos de aquisição	Comissionamento
Vida - Pessoas Coletivo	356	–	0%	–	0%
Vida e Acidentes pessoais	125.304	(198.026)	158%	(535.569)	427%
Funeral	27.035	(1.398)	5%	(7.667)	28%
Acidentes pessoais	130.694	(16.410)	13%	(33.186)	25%
Doenças Graves ou Doença Terminal	265.117	(152.805)	58%	(37.839)	14%
Eventos Aleatórios	93.599	(25.664)	27%	(28.669)	31%
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos	–	(427)	0%	–	0%
R.C Geral	–	267	0%	–	0%
Outros	–	(1)	0%	–	0%
	641.392	**(394.464)**		**(642.931)**	

25. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado

(a) Prêmios emitidos líquidos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Prêmios emitidos	5.078.133	3.965.488
Prêmios cancelados	(869.879)	(488.338)
Prêmios restituídos	(19.527)	(12.727)
	4.188.727	**3.464.423**

(b) Sinistros ocorridos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Sinistros diretos	(468.699)	(377.688)
Variação da provisão de sinistros*	2.892	(16.776)
Serviços de Assistência	(27)	–
	(465.834)	**(394.464)**

*Composto pelos Sinistros avisados adicionados das provisões de IBNR e IBNER.

(c) Custos de aquisição

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Comissões sobre prêmios emitidos	(244.933)	(207.868)
Comissão sobre renovação	(133.609)	(132.442)
Comissões indiretas	(161.108)	(156.765)
Bônus e Taxas de manutenção	(143.520)	(113.830)
Variação das despesas de comercialização diferidas	4.235	(32.026)
	(678.935)	**(642.931)**

(d) Outras receitas e despesas operacionais

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Taxa de franquia	14.463	13.060
Despesas com cobrança	(8)	(2)
Provisão para riscos de créditos duvidosos - provisão sobre prêmios emitidos	(356)	(1.595)
Despesas médicas com avaliação de riscos	(8.569)	(12.459)
Outras receitas com operações de seguros	(15.748)	(7.736)
	(10.218)	**(8.732)**

(e) Resultado com resseguro

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Receita com resseguro		
Recuperação de sinistros	112.659	52.235
Receitas com participações em lucros	3.017	3.644
Despesa com resseguro		
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(106.567)	(84.741)
	9.109	**(28.862)**

(f) Despesas administrativas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Pessoal próprio	(215.651)	(191.191)
Serviços de terceiros	(277.990)	(273.320)
Localização e funcionamento	(70.879)	(54.856)
Publicidade e propaganda	(72.880)	(57.072)
Depreciação	(33.135)	(32.130)
Publicações	(157)	(282)
Donativos e contribuições	(1.348)	(1.873)
Provisões judiciais*	(114.708)	(359.390)
Outras provisões*	61.050	203.522
Outras despesas gerais e administrativas	(20.481)	(4.569)
	(746.179)	**(771.161)**

*Referente a contingências trabalhistas.

(g) Despesas com tributos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
COFINS	(74.361)	(74.952)
COFINS Diferido	1.421	816
PIS	(12.276)	(12.180)
PIS Diferido	231	133
Fiscalização - SUSEP	(4.568)	(3.862)
Imposto municipais	(5.122)	–
Outras despesas com tributos	(321.406)	(13.532)
	(116.081)	**(103.577)**

(h) Resultado financeiro

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de títulos de renda fixa - privados	57.860	34.726
Rendimentos de títulos de renda fixa - públicos e fundos de investimento	1.294.229	1.290.165
Receitas com operações de seguros e resseguros	248.727	243.405
Outras receitas financeiras	33.074	12.835
	1.633.890	**1.581.131**

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Despesas financeiras		
Despesas com títulos de renda variável	(19.160)	(26.581)
Perda na venda de ativos de renda fixa (a)	(359.973)	–
Despesas com renda fixa	(1.736)	(1.736)
Despesas com operações de seguro	(36.008)	(27.243)
Atualização monetária de impostos/processos fiscais	(31.615)	(10.880)
Taxa de administração de carteira	(3.987)	(3.468)
Variação cambial	(56)	(27)
Despesa financeira de arrendamento	(4.004)	(4.297)
Outras despesas financeiras	(149)	(23)
	(456.688)	**(74.255)**
Resultado financeiro	**1.177.202**	**1.506.876**

(a) Ao longo do segundo semestre de 2022 foram realizadas perdas nos resgates de aplicações classificadas como disponíveis para venda referente a títulos públicos.

(i) Perdas com ativos não correntes

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Provisão de ajuste de preço de aquisição de controlada	–	2.294
Baixa/alienação de imobilizado	(579)	261
Outros recebimentos de ativo imobilizado		
Outras receitas/despesas não operacionais	565	695
Despesas com Prudential International Insurance ("PII")	(4.933)	(59.230)
	(4.947)	**(55.980)**

26. Benefícios a empregados

(a) Contribuição ao plano de previdência (PGBL)

A Seguradora oferece aos funcionários e dirigentes a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar.

A companhia oferece dois planos: Plano Gerador de Benefícios Livre - PGBL e Vida gerador de benefícios livre - VGBL, administrado pela Bradesco Vida e Previdência.

As despesas com este benefício foram registradas no resultado no montante de R$ 7.048 em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021 - R$ 7.456).

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Seguradora não oferece benefícios pós-emprego.

(c) Participação nos lucros e bônus

A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta as metas estipuladas pela Administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.

27. Partes relacionadas

(a) Partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A. (i)	206	183	–	–	454	498
Prudential Insurance (ii)	–	–	37.341	32.408	(4.933)	(59.320)
	45	**183**	**36.176**	**32.408**	**(4.479)**	**(73.557)**

(i) O saldo é composto por despesas compartilhadas entre as Seguradoras e valores referentes a seguros de empregado.

(ii) Refere-se a saldo de despesas a pagar à matriz, Prudential International Insurance Service Company, LLC. referente, em sua grande maioria, a gastos com TI a nível grupo, registrados nas despesas administrativas e em variação cambial.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários. A remuneração do pessoal-chave em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Passivo		Resultado	
2022	2021	2022	2021
15.457	13.040	(21.834)	(17.322)
15.457	**13.040**	**(21.834)**	**(17.322)**

28. Garantia das provisões técnicas de seguros

Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Seguradora estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Títulos públicos	4.300.416	2.013.780
Quotas de fundos de investimentos - renda fixa	9.136.772	8.663.647
Letras financeiras	95.042	86.715
Debêntures	523.293	100.742
Fundos multimercado	191.621	180.435
Total de ativos dados em garantia	**14.247.144**	**11.045.319**
Provisões técnicas – Seguros	11.895.116	9.374.589
(-) Resseguro - recuperação sinistros/ eventos (*)	(78.213)	(18.222)
Ajuste do TAP	–	12
Total do passivo a cobrir	**11.816.903**	**9.356.379**
Excedente de ativos vinculados	**2.430.241**	**1.688.940**

(*) Exceto movimentação relativa à provisão de prêmios não ganhos e provisão matemática de benefícios a conceder (vide Nota 8).

29. Eventos subsequentes

Debêntures da Americanas S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos em nosso ativo de aplicações financeiras o total de R$29.326 considerando o ajuste de valor a mercado (AVM) negativo no valor de R$2.238 (Valor líquido no ativo de R$27.088) referentes a debêntures da Americanas S.A. adquiridas entre novembro de 2021 e setembro de 2022 e seus vencimentos entre outubro e dezembro de 2030. Após o pedido de recuperação judicial solicitado pela Companhia em referência, o saldo de ativo líquido pela marcação a mercado encontra-se próximo de zero e o ajuste, por ser um ativo classificado como disponível para venda, é realizado no patrimônio líquido enquanto não há liquidação destes ativos. A Seguradora avaliou seus impactos e entende que tal valor não impacta de forma significativa seus índices de solvência e suficiência.

Aumento de capital em Companhia controlada

No dia 13 de fevereiro de 2023, como parte da estratégia de utilização do prejuízo fiscal e base negativa de sua controlada Prudential do Brasil Vida em Grupo S.A., foi realizada uma transferência no montante de R$ 50 milhões para aumento de capital. Este valor irá acelerar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
James Wayne Weakley

Vice-Presidente
Ernesto Federico Spagnoli Jaramillo

Conselheiro
David Legher Aguilar

DIRETORIA

Diretor-Presidente: David Legher Aguilar

Diretores Vice-Presidentes: Antonio Francisco Lima de Rezende
Gustavo Santos Raposo
Felipe Votto Ferreira
Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos

Contadora: Viviane Miler Abreu
CRC-RJ 083704/O-2

Atuário: Marcos Vinicius Spiguel Coelho de Castro
MIBA nº 1404

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.
Rio de Janeiro, RJ

O Comitê de Riscos e Auditoria ("Comitê") da **PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.** ("Prudential" ou "Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Riscos e Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização, e manifestar-se sobre: (i) a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a eficácia do sistema de controles internos; e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos; (vi) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vii) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras, e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas, incluindo os Principais Assuntos de Auditoria – PAA.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Seguradora, e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que, as demonstrações financeiras da **PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Leonardo de Assis Portugal
Coordenador do Comitê de Riscos e Auditoria

Paulo Pereira Ferreira
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

Sebastian Yukelson
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

Sergio Moreno
Membro do Comitê de Riscos e Auditoria

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

Prudential

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.
CNPJ nº 33.061.813/0001-40

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Companhia um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações "financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para outros débitos (Notas 3(b) e 19)	
A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, assim como está sujeita a riscos associados a eventos passados relativos a discussões não judiciais. A classificação do risco de perda e a mensuração dos valores das provisões trabalhistas, cível e fiscal nas esferas judiciais e administrativas consideram a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora, históricos das decisões proferidas em processos similares, quando aplicável, e as estimativas da administração quanto aos valores prováveis de desembolsos na liquidação desses processos, os quais envolvem elevado grau de julgamento e subjetividade. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo período de tempo e envolvem, além das discussões acerca do mérito, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. No que se refere à provisão para perdas em discussões não judiciais, sua mensuração envolve julgamento crítico da administração na definição de premissas e modelos de cálculo. Alterações nas avaliações dos riscos de perda e das estimativas de valor dos processos judiciais e administrativos, bem como das premissas de cálculo da provisão para perdas em discussões não judiciais, podem impactar de forma significativa as provisões constituídas.	Dentre os principais procedimentos realizados, destacamos: • Efetuamos entendimento dos controles internos relevantes que envolvem processos relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes. • Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. • Efetuamos procedimentos de confirmação, junto aos assessores jurídicos externos da Seguradora, sobre as informações dos processos, incluindo a avaliação do risco de perda, a totalidade das informações e o valor das provisões. • Adicionalmente, testamos a integridade da base de dados dos processos não judiciais e, com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise da razoabilidade das premissas e modelos de cálculo utilizados pela administração, bem como recalculamos, em base amostral, a referida provisão. Também analisamos o histórico de decisões passadas, confrontando, em base amostral, com os valores desembolsados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e os julgamentos adotados pela administração para mensuração das provisões para outros débitos estão consistentes e alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PMBaC, IBNR e IBNeR) e teste de adequação de passivos (TAP) (Notas 2.9, 3(a) e 21)	
A Seguradora possui obrigações referentes a contratos de seguros registradas nas rubricas "Provisões Técnicas" nas demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolve julgamento crítico da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais, com destaque para a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e a provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC). Adicionalmente, a Seguradora realizou o Teste de Adequação de Passivos (TAP), utilizando métodos estatísticos e atuariais, com o objetivo de avaliar a necessidade de constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC) decorrente de possíveis insuficiências nos valores das obrigações dos contratos de seguros. Em nossa avaliação, consideramos essa uma área de foco de auditoria devido à relevância dos valores e os julgamentos e premissas envolvidos para a mensuração das referidas provisões técnicas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Entendimento dos processos relacionados ao registro e mensuração das provisões técnicas. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o exercício de 2022; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de IBNR e IBNeR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação de Passivos. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para mensuração das provisões técnicas são razoáveis e consistentes com as divulgações em nota explicativa.
Valor recuperável de créditos tributários (Notas 2.16, 3(d), 10 e 20)	
A Seguradora possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias constituídos nos termos da legislação em vigor, conforme Circular SUSEP no 648 de 12 de novembro de 2021. Esses créditos foram constituídos considerando as expectativas de realização determinadas com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Na elaboração das referidas projeções foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, bem como estimativas de prazos de realização das diferenças temporárias. Nesse contexto, essa é uma área foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, o valor do ativo fiscal reconhecido, bem como os prazos previstos de realização dos créditos tributários.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e das projeções de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado. Também comparamos as projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos e obtivemos explicações para as principais variações. Com o apoio dos nossos especialistas, testamos as bases de cálculo dos referidos créditos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes, e analisamos a razoabilidade dos prazos de utilização dos créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação do valor recuperável desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando a controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Seguradora.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1PR050377/O-6

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 8A70-1838-6242-6D81.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8A70-1838-6242-6D81 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8A70-1838-6242-6D81

Hash do Documento

9AB02582A59FADF80452A057633363F0BD012C18D245F9FFE208A3CD4B4A4ADB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2023 é(são) :

- ☑ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 28/02/2023 02:04 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03